

MESTRADO E DOUTORADO EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E
GESTÃO DA CIDADE

ISSN 1980-6310

Petróleo, Royalties & Região 2020



EDITORIAL

¹Valdir Júnio dos Santos
Editor-chefe

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes (UCAM) realizou, nos dias 9 e 10 de outubro de 2019, o décimo oitavo Seminário de Integração Regional (SIR), visando estimular o diálogo e o debate entre pesquisadores, gestores públicos e representantes do setor empresarial em torno da temática “Crise, Emprego e Dinâmicas Urbanas”.

Neste número, contamos com a contribuição de cinco artigos apresentados e recomendados, os quais versam a respeito da produção do urbano e as áreas verdes, da gestão ambiental e o orçamento público, das políticas públicas e a violência contra a mulher, dos programas sociais e o desenvolvimento local e, ainda, das transformações do mundo do trabalho e o setor sucroalcooleiro.

No primeiro artigo, Felipe Garcia Teixeira e Marcos Antônio Sampaio Malagoli analisam os investimentos em áreas verdes no espaço urbano do município de Campos dos Goytacazes como um indicador importante para a qualidade de vida, e identificam formatos seletivos que acompanham a atuação e a aplicação dos recursos em áreas verdes. No segundo artigo, Sandra Rangel de Souza Miscali; Rachel Carvalho; Isroberta Rosa Araujo; Fabiana Arruda Resende Reis e Kíssila Neves Soares Vitorino articulam, em suas análises, a gestão ambiental e a legislação orçamentária, identificando as áreas ambientais prioritárias na ação governamental do município de São Joao da Barra.

Matheus Machado Orioli; Priscila Kelly Pedrosa Corrêa; Silvana Coutinho de Andrade Ribeiro e Ludmilla Gonçalves da Matta, no terceiro artigo apresentado, trazem uma proposta de análise do problema da violência contra a

mulher articulado aos parâmetros normativos legais e à implementação de políticas públicas. Dessa forma, o artigo tem como objetivo “analisar a variação das denúncias dos casos de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro, em função da implementação das políticas públicas, a fim de avaliar possíveis alterações”. Depois, Laira Thamys de Araujo Silva; Joseane de Souza e Edson Terra Azevedo Filho abordam a temática do desenvolvimento local e a importância de programas sociais, com o objetivo de “verificar a possibilidade de o programa Passe Livre Universitário ser destinado não só para além de uma política de acesso ao ensino superior, mas também para uma política que possibilita o estímulo sobre o desenvolvimento local no município de Itaocara” no estado do Rio de Janeiro.

Ainda, Simone da Silva Viana e Denise Cunha Tavares Terra tratam das transformações do mercado de trabalho sucroalcooleiro no município de Campos dos Goytacazes (elegendo o território da Baixada Campista como foco de análise) visando “apreender as práticas e o imaginário sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os novos arranjos e a dinâmica das forças produtivas e de classe operária durante o auge e após o declínio” dessa dinâmica econômica no município.

Assim, esperamos que todos tenham uma ótima leitura, e que as contribuições aqui apresentadas sejam de grande valia para o aprofundamento do debate a respeito das políticas públicas, da dinâmica econômica, do mercado de trabalho e do desenvolvimento

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes. E-mail: valdir.santos@ucam-campos.br

OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

PUBLIC INVESTMENTS IN GREEN AREAS AND URBAN SPACE
PRODUCTION IN THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS
GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO STATE, BRAZIL

Resumo: A presença de áreas verdes no espaço urbano é um fator que vem contribuindo para a valorização do solo em algumas cidades brasileiras. A partir dos discursos da qualidade ambiental e da sustentabilidade, a “natureza” é evidenciada, e seus atributos são colocados como indicadores irrefutáveis para a melhora da qualidade de vida. O objetivo deste trabalho é analisar os investimentos públicos em áreas verdes no município de Campos dos Goytacazes/RJ, assim como identificar a presença desses espaços na malha urbana no distrito-sede do referido município. Para a estruturação metodológica da pesquisa, além da bibliografia especializada no tema, realizou-se pesquisa documental no Diário Oficial do município, entrevistas semiestruturadas com gestores municipais e levantamento de dados em trabalho de campo. Entre os resultados, pode-se constatar a escassez de áreas verdes em Campos, e que a maioria dessas áreas se localiza nos bairros de maior renda, o que favorece a população de alto status socioeconômico. Foi constatado, também, que o poder público não vem priorizando a criação desses espaços frente às novas dinâmicas socioeconômicas, pois estas se encontram insuficientes na cidade.

Palavras-Chave: Áreas Verdes. Investimentos Públicos. Segregação Socioespacial.

Abstract: Green areas in urban space are a factor that has been contributing to the land valuation in some Brazilian cities. On the basis of the discussions on environmental quality and sustainability, “nature” is evidenced, and its attributes are seen as irrefutable indicators for enhancing the quality of life. The purpose of this work is to analyze public investments in green areas in the municipality of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro State, Brazil, and to identify these spaces in the urban environment in the district where the municipality is located. For the methodological development of the research, besides the bibliography on the subject, documentary research was conducted in the official journal of the municipality, semi-structured interviews with municipal managers, and data collection in field work. Among the results, it can be stated that there is a scarcity of green areas in Campos, and that most of these areas are located in the higher-income neighborhoods, which benefits the population with high socioeconomic status. It was also found that the public power has not been prioritizing the design of these spaces in view of the new socioeconomic dynamics, since they are lacking in the city.

Keywords: Green Areas. Public Investments. Social-Spatial Segregation.

Filipe Garcia Teixeira

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Graduado em Geografia e mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas – UFF. Professor do Instituto Federal Fluminense. fgarcia.rox@gmail.com.

Marco Antônio Sampaio Malagoli

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas – UFF. Doutor em Psicologia Social – USP. marcomalagodi@id.uff.br.

Introdução

O presente trabalho parte da problematização a respeito da localização das áreas verdes públicas urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes/ RJ, e em que medida o poder público atua na criação e conservação desses espaços. Assim, para a estruturação metodológica da pesquisa, além da bibliografia especializada no tema, realizou-se pesquisa documental no Diário Oficial (D.O.) do município, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas com gestores municipais.

Para a construção do escopo teórico, buscou-se diversas fontes bibliográficas que trazem à lume o processo de valorização do solo urbano, tendo como pano de fundo o discurso ambiental e a implementação de elementos na cidade que exaltam a natureza, como parques, praças e jardins.

Alguns autores, como Serpa (2013), Henrique (2009) e Gomes (2009), evidenciam que a constituição de áreas verdes nas cidades contemporâneas, pautadas no discurso da sustentabilidade urbana e da qualidade de vida, se torna um instrumento que contribui para a valorização do solo, podendo intensificar o processo de especulação imobiliária de determinados bairros, principalmente aqueles ocupados pela população de alta renda. Assim, buscou-se trazer essas reflexões teóricas para a realidade do município de Campos, identificando e analisando em que medida os investimentos públicos em áreas verdes vêm se materializando no espaço urbano local frente às novas dinâmicas socioeconômicas.

O município em questão vem passando por significativas transformações no seu espaço urbano, principalmente com a chegada do Porto do Açu e também pela dinamização da economia do petróleo. Esses dois fatores provocaram significativas transformações socioespaciais, as quais levaram a uma crescente dinamização do mercado imobiliário. Entre algumas mudanças observadas no espaço urbano campista, destacam-se: o aumento da verticalização urbana, principalmente em áreas mais valorizadas; o aumento de condomínios horizontais fechados de alto padrão; e a implementação de conjuntos habitacionais populares, como o Morar Feliz, que levou à remoção de uma parte significativa da população, a qual a prefeitura julgava viver em "áreas de risco".

Nesse sentido, na primeira parte do artigo, discutir-se-á a cidade e a natureza no contexto capitalista contemporâneo e tecer-se-á uma crítica a respeito do

termo "sustentabilidade". Na segunda parte, abordar-se-á as transformações recentes no espaço urbano de Campos, principalmente as mudanças desencadeadas após a chegada do Porto do Açu. Já na terceira parte, apresentar-se-á as áreas verdes selecionadas, assim como os investimentos públicos realizados ao longo do período 2010-2018.

A natureza e a cidade no contexto capitalista contemporâneo

Nas cidades, a incorporação de espaços que remetem à natureza, como praças, parques, jardins e vias públicas arborizadas, é fortalecida pelas políticas de planejamento instituídas no espaço urbano a partir do século XIX. Já a contar da segunda metade do século XX, devido à crise ambiental e a toda a narrativa desenvolvida em prol do desenvolvimento sustentável, os espaços verdes urbanos passam a estar associados à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Gomes (2009) ressalta que, principalmente desde a década de 1970 e, em especial, após a década de 1990, com a Rio 92, a natureza entrou no debate nacional e internacional e passou a ser focalizada pelas agendas governamentais e sociais. Logo, a presença de espaços livres vegetados, em especial a arbórea, se constituiu em um novo apelo de uma estratégia de viver "bem e melhor".

Rodrigues (2013) aponta que as questões propostas e discutidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, culminaram na Agenda 21¹, na qual os países signatários se propunham a cumprir as metas estabelecidas durante o encontro. Porém, a autora, refletindo criticamente sobre esse acontecimento, destaca que tal documento se tornou uma suposta "salvação" para todos os males ambientais, desenvolvendo estudos em vários âmbitos, os quais referem-se ao "meio ambiente", ao "desenvolvimento sustentável"² e às "sustentabilidades", "sem explicar a existência de um novo arcabouço teórico-metodológico e instrumentais analíticos que permitissem compreender os agentes, as contradições, os conflitos, as desigualdades e a segregação socioespacial em diferentes escalas" (RODRIGUES, 2013, p. 208).

Nesse sentido, a "natureza na cidade" entra no circuito da dinâmica capitalista e seus elementos, como praças arborizadas, parque e jardins, que se tornam objetos de valorização do solo, contribuindo para a especulação imobiliária.

Nesse contexto, os agentes capitalistas se aproveitam da valorização simbólica da natureza e incorporam, nos seus discursos e práticas, a promoção de tecnologias verdes que se enquadram dentro dos pressupostos do conceito da “sustentabilidade”. Acselrad (2009) aponta que o discurso da cidade sustentável está intimamente ligado à reprodução do capital. À medida que a cidade incorpora os valores sustentáveis, ela se torna atrativa para o capital e, conseqüentemente, para os investimentos imobiliários. Torna-se sustentável para vendê-la. Assim, surge o pensamento único urbano: exige que as cidades se ajustem aos propósitos tidos por inelutáveis da globalização financeira (ACSELRAD, 2009).

Dessa forma, Gomes (2017) afirma que a “sustentabilidade” vem sendo concebida por agentes públicos e privados e se materializa em ações como “disponibilização de áreas permeáveis, ampliação das áreas verdes e efetivo arbóreo, utilização de materiais biodegradáveis, coleta seletiva, etc.” (GOMES, 2017, p. 14). Tais práticas, embora se constituam como elementos relevantes para o planejamento e gestão urbanos, acabam não alterando a questão da lógica da produção do espaço pautada na materialidade capitalista e na ampliação da segregação social. Logo, o autor infere que o discurso da sustentabilidade urbana mascara os verdadeiros interesses de certos agentes do capitalismo, pautados na competitividade interurbana e na projeção de gestões públicas.

Swyngedouw (2017), na mesma perspectiva de Gomes (2017), afirma que a questão da sustentabilidade tem sido “neoliberalizada” e se fundido com as ideias da modernização ecológica, que busca defender os benefícios econômicos da redução da poluição ambiental, e propõe uma utilização ecologicamente racional das operações administrativas dos recursos. Destarte, esse marco da sustentabilidade tem dado enfoque para questões mercadológicas e tecnocráticas, que buscam tornar o capitalismo “mais verde”, ignorando, quase que na sua totalidade, os problemas inerentes à sociedade capitalista, como a ausência de justiça social e a intensificação das questões de inclusão e exclusão, que perpassam os ambientes urbanos (SWYNGEDOUW, 2017).

Para Lefebvre (2004), atribui-se a necessidade de espaços verdes nas cidades como se a presença da natureza fosse a salvação para os males, frutos da sociedade urbana industrial. Assim, essa “natureza” aparece associada aos lazeres, podendo ser “comprada” ou “vendida”.

A definição de “natureza na cidade”, que carrega um sentido ideológico, implica, portanto, a exclusão das classes economicamente inferiores do acesso à vida com a “natureza”. Para os autores estudados, as classes subalternas não teriam direito à natureza na cidade, principalmente nos espaços enclausurados. Legitimase no mundo das ideias e do mercado a dominação ou manutenção de privilégios. Enquanto as classes dominantes vivem com a “natureza” artificializada e controlada em seus jardins, nos bairros dos excluídos observa-se a “natureza” relegada ao abandono ou, em muitos lugares, a total falta de qualquer “natureza” (HENRIQUE, 2009).

Pesquisas recentes de autores como Henrique (2009), Gomes (2009; 2017) e Serpa (2013) vêm mostrando que as grandes construtoras e incorporadoras imobiliárias se apropriam do discurso da natureza, com a finalidade de tornar seus empreendimentos mais atrativos para os consumidores. Conseqüente, partem da premissa de que a natureza presente nesses espaços ofereceria maior qualidade de vida para os habitantes urbanos, porém apenas para aqueles capazes de adquirir esses imóveis. Uma grande parcela da população continuaria apartada dessas benesses e, muitas vezes, estaria exposta a vários agravos ambientais em zonas de sacrifício (ACSELRAD, 2009).



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

A economia e a transformação do espaço urbano em Campos dos Goytacazes/RJ

A Região Norte Fluminense, onde o município de Campos está situado, teve sua economia assentada na produção sucroalcooleira durante muitas décadas, a qual tinha grande peso na economia local. Porém, desde o final dos anos 80, esse setor sofreu forte estagnação, o que gerou grande desemprego no município de Campos, que já chegou a ser o segundo maior produtor de cana do País (CRUZ, 2007). Essa forte decadência do setor agrícola foi compensada, posteriormente, pela renda advinda da exploração do petróleo. Embora o município de Campos não obtenha renda proveniente dos capitais fixos, na medida em que estes se concentram em sua maioria na faixa litorânea entre Maricá e Macaé, o mesmo obtém renda advinda dos repasses dos royalties (CRUZ, 2007). Dessa forma, criou-se uma dependência rentista que perdura até hoje.

Gomes (2015) aponta que o município de Campos, por estar inserido em uma das mais importantes

bacias petrolíferas do País, vem apresentando forte dinamização econômica. Esse crescimento econômico teve um aumento mais acentuado a partir de meados dos anos 2000 e acabou atraindo a vinda de vários empreendimentos imobiliários e incorporadoras, que, junto ao poder público, passaram a orquestrar o crescimento do espaço urbano campista (ZACCHI, 2012).

No que tange ao espaço urbano campista, o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu (CLIPA) também vem causando significativas transformações, principalmente no setor imobiliário, que ganhou ainda mais fôlego. Os empreendimentos imobiliários lançados no município são direcionados para diversos perfis socioeconômicos. Entretanto, os que mais se destacam são os apartamentos de elevado padrão e as casas em condomínios fechados (GOMES, 2015).

A verticalização é um dos fenômenos que vem alterando de forma significativa a paisagem urbana. Conforme observa-se na Figura 1, ela ocorre com maior frequência em certos bairros, como Centro, Parque Tamandaré,



MESTRADO

**PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL**

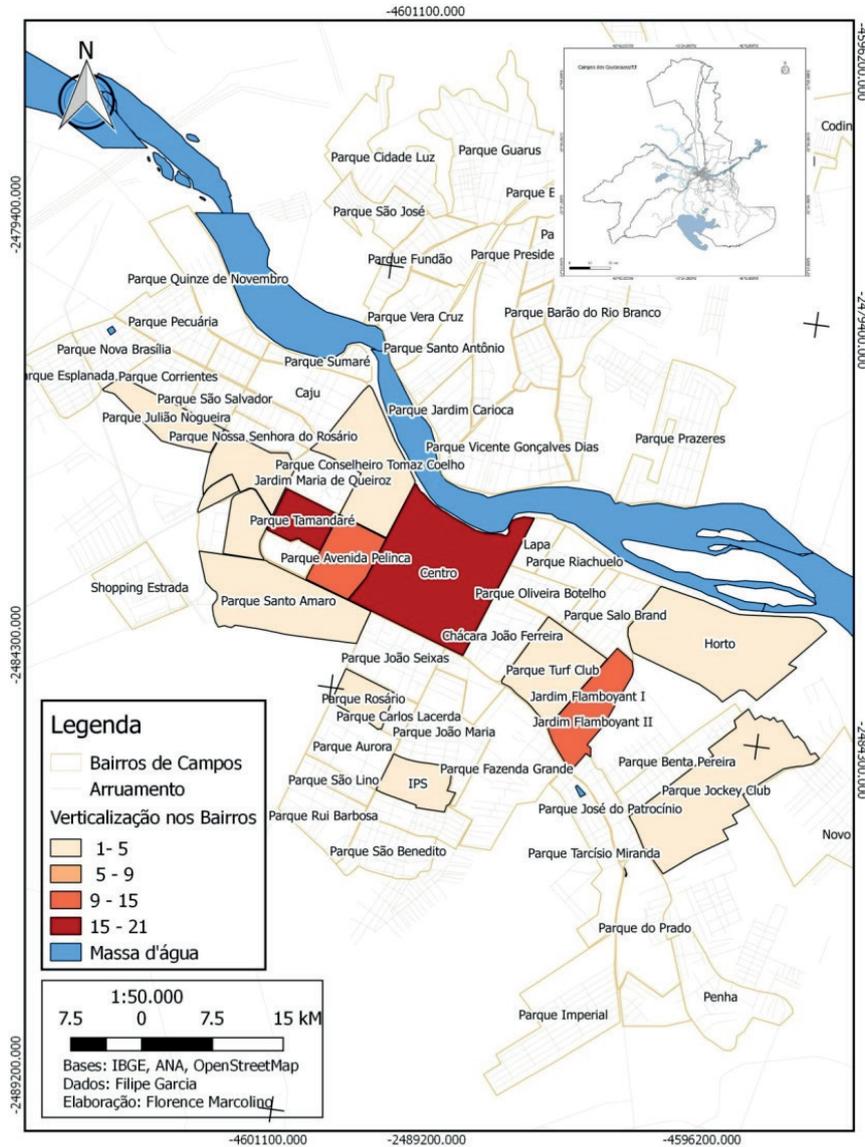
**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**

 UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Parque Avenida Pelinca e Jardim Flamboyant. Percebe-se, no entanto, que a verticalização não ocorre em áreas periféricas da margem esquerda do rio (região de Guarus), onde se verifica a predominância de

construções horizontais e residências unifamiliares. Para Freitas (2011), esses locais interessam pouco ao setor imobiliário, pois são ocupados em sua maioria pela população de baixa renda.

Figura 1: Edifícios acima de seis pavimentos, criados entre 2010 e 2018, nos bairros de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Campos dos Goytacazes.
Dados: Filipe Garcia.
Elaboração: Florence Marcolino.

Durante o período mencionado, também pode-se observar em Campos a chegada de grandes empresas do ramo atacadista; grandes redes de supermercado, como o Walmart; lojas de varejo, como as Lojas Americanas, Marisa; e redes de fast food. Além disso, houve a inauguração do maior shopping da cidade (Boulevard Shopping), em 2011, que trouxe várias franquias, antes inexistentes, no espaço urbano local. Para Sposito (2007), essas questões dizem respeito à concentração de capitais no território, o que acaba provocando a expansão territorial das empresas comerciais de grande porte, nacionais ou transnacionais.

Porém, como ressalta Gomes (2015), embora as mudanças na base produtiva tenham desencadeado toda uma gama de transformações, como as citadas anteriormente, também foi notório o aumento dos problemas relacionados à oferta de habitação, transportes e serviços básicos de saúde e educação. Para Monié (2003) apud

Gomes (2015, p. 29), a urbanização de Campos é marcada por uma profunda segregação socioespacial, “na qual a paisagem urbana é caracterizada por uma oposição entre a cidade dos funcionários das grandes firmas e do resto da população que vive a jusante das atividades motrizes”.

Nas áreas periféricas da cidade, o programa de habitação popular “Morar Feliz” teve um impacto significativo na vida das camadas urbanas de menor poder aquisitivo. Esse programa tinha como intuito remover famílias em situação vulnerável, residindo em moradias insalubres ou ocupando áreas ou regiões consideradas, pelo poder público, como “de risco” ou “áreas *non edificant*”, e levá-las para os conjuntos habitacionais. No entanto, tais conjuntos se situam em bairros distantes do centro e são desprovidos de qualquer serviço público, como hospitais, escolas etc., e de espaços públicos com áreas verdes.

Figura 2: Casas do programa Morar Feliz da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, localizadas no bairro Parque Eldorado



¹Fonte: Extraído do site da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Na Figura 2, pode-se observar um desses conjuntos habitacionais, sendo notória a ausência do “verde” nesses tipos de habitação popular. Essa questão reforça a ideia de Henrique (2009), o qual pontua que os atributos da natureza são apenas evidenciados para vender e valorizar imóveis de alto padrão localizados em bairros ou condomínios ocupados pela população de alta renda. A população pobre é levada a ocupar espaços com serviços públicos precários e, muitas vezes, sem a presença de qualquer “natureza”.

A seleção das áreas verdes

Existem diferentes abordagens e conceitos a respeito da presença de vegetação na cidade. Portanto, considera-se importante destacar, nesta pesquisa, algumas concepções dos principais autores que versam sobre áreas verdes, e justificar a escolha metodológica ao optar-se por um desses conceitos. O ponto em comum observado entre as diferentes abordagens é o de que a vegetação deve ser o eixo estruturante presente nas áreas livres. Assim, toda área verde é uma área livre, porém o contrário não acontece, pois nem toda área livre é vegetada.

Para Loboda e De Angelis (2005), a qualidade de vida urbana está intimamente ligada a diversos fatores, como infraestrutura, desenvolvimento econômico-so-

cial e aqueles ligados à questões ambientais. Logo, os autores concluem que as áreas verdes públicas se constituiriam em elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois influenciariam na sua saúde física e mental (LOBODA & DE ANGELIS, 2005).

Buccheri Filho e Nucci (2006) tecem as seguintes considerações a respeito do termo área verde:

Áreas verdes: são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim “verde de acompanhamento viário”, que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana (BUCCHERI FILHO & NUCCI, 2006, p. 48).



MESTRADO

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL

**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**

 UNIVERSIDADE
CÂNDIDO
MENDES

Dessa forma, a partir da interpretação desse conceito, três pontos se tornam cruciais no que concerne à importância das áreas verdes para o espaço urbano: a função ecológica/ambiental, a funcionalidade estética e a função de lazer e recreação. Bartalini (1986) parte da mesma premissa afirmando que “as áreas verdes no meio urbano podem ser agrupadas em três conjuntos: o primeiro diz respeito aos valores visuais ou paisagísticos; o segundo aos valores recreativos e o terceiro aos valores ambientais” (BARTALINI, 1986, p. 49). Além disso, Buccheri Filho e Nucci (2006) contrapõem as concepções de Lima (1994) ao afirmarem que trechos de avenidas arborizadas, canteiros e rotatórias não podem ser considerados áreas verdes.

Com base na proposta de Cavalheiro et al. (1999), Buccheri e Nucci (2006) elaboraram um organograma de classificação para identificar os espaços livres públicos urbanos que podem exercer funções de áreas verdes. Para chegarem nessa classificação, os autores elaboraram cinco questionamentos listados a seguir:

- 1 – A vegetação é o elemento fundamental da composição?
- 2 – Cumpre funções: ecológicas, estéticas e de lazer?

3 – Área de 70% de cobertura vegetal em solo permeável? (sem laje)?

4 – Serve a população?

5 – Propicia condições para recreação?

Se a resposta for positiva para essas questões, é possível considerar os sistemas públicos de espaços livres como “áreas verdes”. Nesse sentido, a escolha metodológica, para se definir as áreas verdes do município de Campos, se baseou nos princípios adotados por Buccheri e Nucci (2006). Desta maneira, dentro dos parâmetros propostos e do escopo teórico selecionado, identificou-se as seguintes áreas verdes em Campos dos Goytacazes: Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu); Praça da República; Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito); Parque Municipal Lagoa do Vigário; Horto Municipal; Praça dos Trovadores; e Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes. A seguir, apresenta-se as imagens desses espaços:

Figura 3: Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu)



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 4: Praça da República



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 5: Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito)



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 6: Parque Municipal Lagoa do Vigário



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 7: Horto Municipal



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 8: Praça dos Trovadores



Fonte: Dados do autor (2019)

Figura 9: Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes

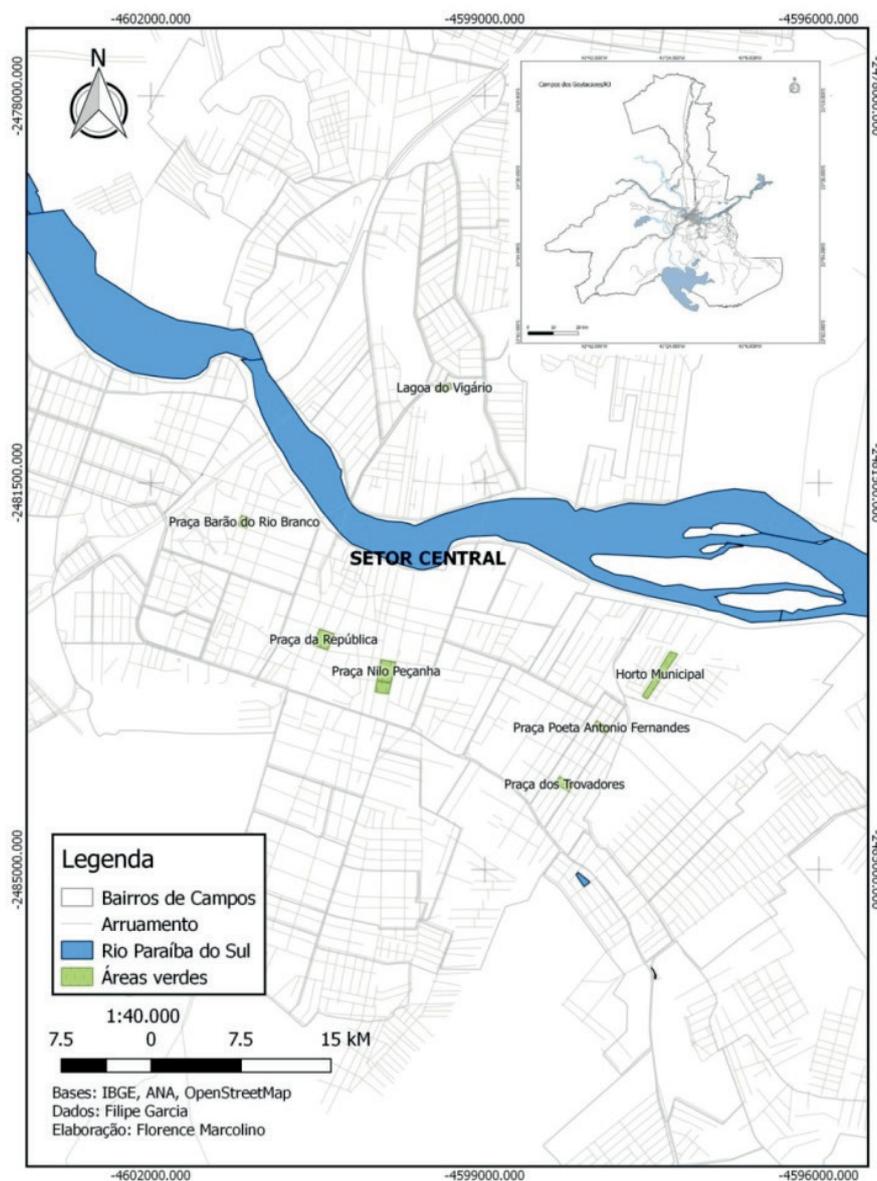


Fonte: Dados do autor (2019)

Muitas praças presentes na cidade não foram consideradas áreas verdes neste trabalho, ora por apresentarem diversidade e quantidades arbóreas insuficientes, ora por estarem muito impermeabilizadas, não contribuindo, portanto, para o conforto ambiental e para a manutenção da biodiversidade. Abaixo, pode-se observar o mapa da área urbana de Campos e as áreas verdes urbanas selecionadas.

A partir da análise da Figura 10, constata-se que as áreas verdes delimitadas correspondem a um espaço bem reduzido da malha urbana do município, o que reforça a percepção da escassez desses espaços. Percebe-se que, na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, só existe uma área verde: o Parque Lagoa do Vigário.

Figura 10: Mapa de localização das áreas verdes em Campos dos Goytacazes



Dados: Filipe Garcia Teixeira. Elaboração: Florence Marcolino

Os investimentos públicos em áreas verdes e a problemática socioespacial

Para se investigar os investimentos públicos em áreas verdes, foram coletados, no Diário Oficial da prefeitura, os dados referentes a esses gastos durante o período de 2010 a 2018. Com esta pesquisa, objetiva-se compreender a dinâmica da atuação do poder público, no que tange à aplicação de ações voltadas para a criação e a manutenção de áreas verdes.

A justificativa pela escolha do recorte temporal baseou-se em três premissas. A primeira se constitui no fato de que, com a chegada do Porto do Açú em 2007, o município passou por importantes transformações no espaço urbano, principalmente devido à chegada de grandes empreendimentos imobiliários. A segunda refere-se ao aumento expressivo dos royalties que a prefeitura passou

a receber a partir de 2008, o que aumentou a arrecadação municipal e, conseqüentemente, influenciou nos gastos com obras públicas. O terceiro motivo tem a ver com o período em que o atual plano diretor esteve vigente (2008/2018). Assim, é importante verificar em que medida as políticas públicas, que estão na base normativa desse plano, foram contempladas no município no período em análise.

É necessário salientar que, no período em questão, o município de Campos passou por duas gestões distintas. De 2009 a 2016, a prefeitura esteve sob o comando da prefeita Rosângela Matheus, popularmente chamada de Rosinha. Já a partir de 2017, o prefeito Rafael Diniz assumiu a prefeitura e ainda encontra-se exercendo seu mandato.

A seguir, apresenta-se uma tabela com dados a respeito dos investimentos públicos em áreas verdes, obtidos a partir da consulta no Diário Oficial do município.

Tabela 1 – Investimentos públicos nas áreas verdes entre 2010/2018

Áreas Verdes	Bairros	Valor Gasto (R\$)
Praça da República	Centro	42.347,55
Praça Nilo Peçanha	Centro	Não consta
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	136.626,69
Horto Municipal	Horto	153.497,44
Praça dos Trovadores	Jardim Flamboyant	38.152
Praça Poeta Antônio Fernandes	Jardim Flamboyant	106.203,08
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	Não consta
Total		406.826,76

Fonte: Diário Oficial do município. Organizado pelo autor.



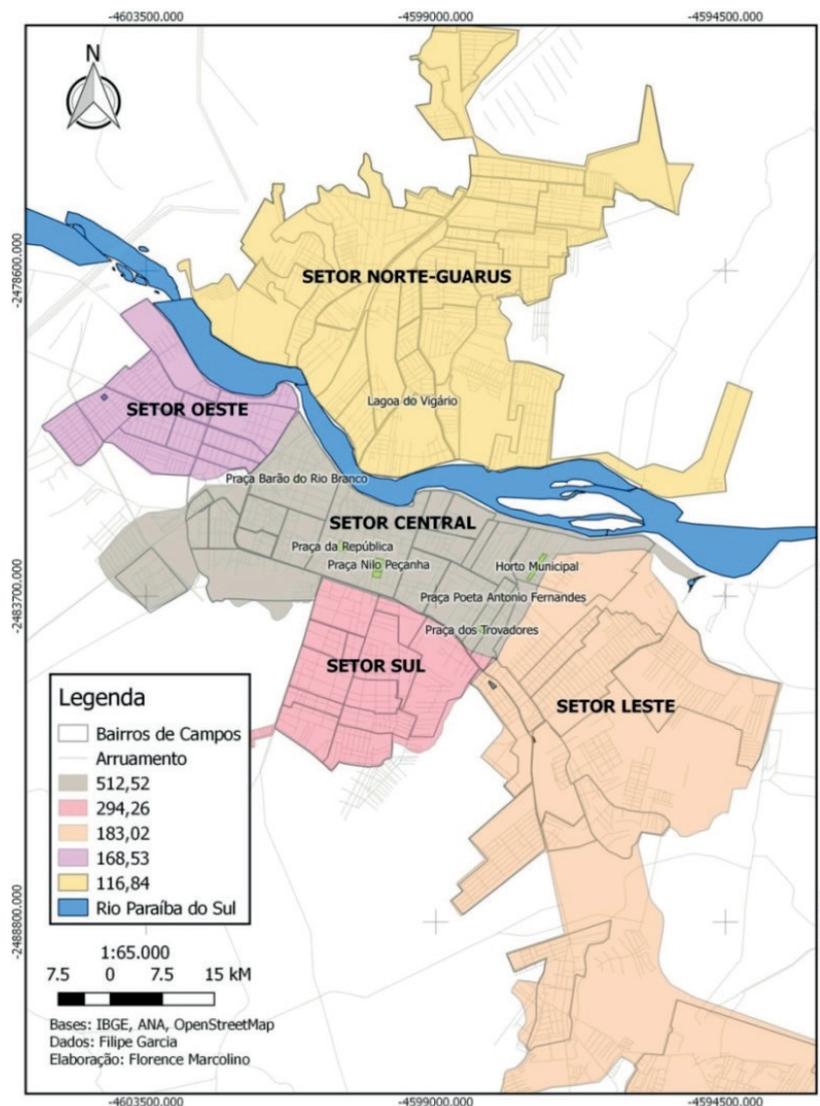
**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

A partir dos dados acima, verifica-se que a área verde que recebeu mais investimento foi a do Horto Municipal, seguida pela Praça Barão do Rio Branco. É interessante observar que, quando selecionou-se apenas o valor gasto em áreas verdes – que foi de R\$ 406.826,76 – e comparou-se com o universo total de gastos, incluindo todas as praças e espaços de lazer – que foi de R\$ 13.722.513,81 –, os gastos em áreas verdes equivalem a 2,96% do valor total. Isso mostra que o poder público não realizou, no período selecionado, a expansão ou mesmo a implementação de novas áreas verdes na cidade.

Como comprovado a partir desta análise, utilizando um escopo teórico específico, o município de Campos possui poucas áreas verdes, sendo que a maioria delas se localiza no setor central. Apenas o Parque Lagoa do Vigário situa-se no setor norte, no Bairro Parque Gonçalves Dias. Quando compara-se as áreas verdes e os dados socioespaciais, tem-se a seguinte configuração:

Figura 11: Mapa de localização das áreas verdes em Campos dos Goytacazes



Dados: Gomes (2015). Elaboração: Florence Marcolino.

Como pode-se constatar na Figura 11, o setor central é responsável pelo maior valor do solo, sendo também onde se concentram as áreas verdes. Esse setor apresenta os bairros de maior verticalização, como o Parque Avenida Pelinca e o Parque Tamandaré. O Jardim Flamboyant também é um

importante eixo de verticalização, que, como observa-se na Figura, possui duas áreas verdes.

Tabela 2 – Áreas verdes e dados socioespaciais

Área Verde	Bairro	Renda domiciliar (R\$)	Setor	Valor do solo (R\$)
Praça dos Trovadores/Poeta Fernando	Jardim Flamboyant	1.876,00	Central	417,67
Praça Nilo Peçanha	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça da República	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	2.219,00	Central	695,08
Horto Municipal	Horto	1.281,00	Central	515,52
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	588,00	Norte	116,84

Fonte: IBGE, 2018; Gomes (2015). Organizado pelo autor.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- PRESENCIAL
- SEMIPRESENCIAL
- EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Como pode-se perceber na Tabela 2, os valores do solo se apresentam bem maiores na área central do que no setor norte, no bairro Parque Gonçalves Dias (região de Guarus), onde se localiza o Parque Lagoa do Vigário. O bairro que possui maior valor do solo, entre os que possuem área verde, é o bairro Jardim Maria Queiroz, seguido pelo Jardim Flam-

boyant. Também observa-se que as áreas verdes se localizam predominantemente nos bairros que possuem maior renda mensal por domicílio. A exceção é o Parque Lagoa do Vigário, que se localiza em um bairro de menor renda.

Tabela 3 - Bairros que possuem áreas verdes e suas respectivas populações

Bairros	População
Centro	10.071
Jardim Maria Queiroz	1.690
Horto	3.218
Flamboyant	1.506
Parque Guarus	3.761
Total	20.246

Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo autor.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- PRESENCIAL
- SEMIPRESENCIAL
- EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Analisando-se os dados da Tabela 3, chama-se a atenção para o fato de apenas uma pequena parcela da população campista ter espaços verdes em seus bairros. Assim, a população urbana de Campos, que está em torno de 418.565 habitantes (IBGE, 2010), fica, em sua maior parte, desassistida no que se refere à presença de áreas verdes.

Portanto, pode-se afirmar, a partir dos dados apresentados e analisados, que as áreas verdes na cidade estão concentradas no setor central, o que dificulta o acesso de grande parte da população a elas. Aliado a isso, a precariedade do transporte público também é um fator que tende a agravar a situação. Igualmente, foi constatado que os bairros que as possuem são os que apresentam maior valor do solo e maior média de renda domiciliar. Além disso, é possível afirmar que a cidade como um todo carece de áreas verdes de uso público, que são de grande importância no espaço urbano devido aos benefícios socioambientais que apresentam.

No decorrer das pesquisas, constata-se que a prefeitura não publica diariamente em D.O. os valores gastos com a manutenção, conservação e limpeza das praças e áreas verdes. Porém, no dia 16 de junho de 2016, ainda no governo da prefeita Rosinha, a prefeitura emitiu uma nota no Diário Oficial, na qual constava a contratação de uma empresa para cuidar das áreas verdes urbanas. No contrato, a prefeitura destacou que a manutenção se daria em “praças, parques, jardins e afins”. A empresa contratada foi a Emec Obras e Serviços Ltda., que recebeu a vultosa quantia de R\$ 11.450.000,00 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais). Tal valor equivale à quantia de quase um milhão de reais por mês. Esse foi o único gasto publicado, referente à conservação desses espaços. Logo, devido essa insuficiência de dados, levou-se a entrevistar dois gestores: o Subsecretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e o Superintendente de Limpeza Pública.

Na entrevista com o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, foi questionado quem realiza o trabalho de manutenção e conservação das praças e áreas verdes. Ele informou que, até 2016 (governo Rosinha), quem realizava o serviço de limpeza e ornamentação das praças era a empresa Emec (a que recebeu 11 milhões). Segundo o subsecretário, essa empresa era especializada em questões paisagísticas e tinha muito cuidado com a ornamentação e embelezamento de vários espaços ajardinados da cidade, como canteiros centrais, trevos, rotatórias e praças. Porém, ele destacou que, com a diminuição da arrecadação dos royalties e a consequente crise orçamentária, o contrato com essa empresa foi desfeito e a empresa Vital, que atuava apenas na limpeza pública e coleta de lixo, passou a atuar, também, na conservação das praças e outros espaços ajardinados. Contudo, conseqüentemente, essas áreas perderam em qualidade de embelezamento e ornamentação. Entretanto, o subsecretário não soube informar o valor gasto pela Emec em cada bairro para a manutenção das áreas. Ele também não soube informar a respeito dos contratos com a empresa Vital e como é realizada a limpeza das praças e áreas verdes.

A fim de obter respostas para esses questionamentos, marcou-se uma entrevista com o Superintendente de Limpeza Pública, quem destacou que o trabalho realizado pela empresa Vital inclui a poda de árvores, corte de grama e a própria limpeza. Segundo ele, o trabalho de limpeza (varrição e coleta de lixo) é feito com frequência em todas as praças da área central. Nas praças periféricas, a limpeza é feita três vezes por semana, assim como a coleta de lixo nas residências. Porém, segundo ele, a manutenção do gramado e a poda das árvores, assim como o trabalho paisagístico, são feitas a cada dois meses.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

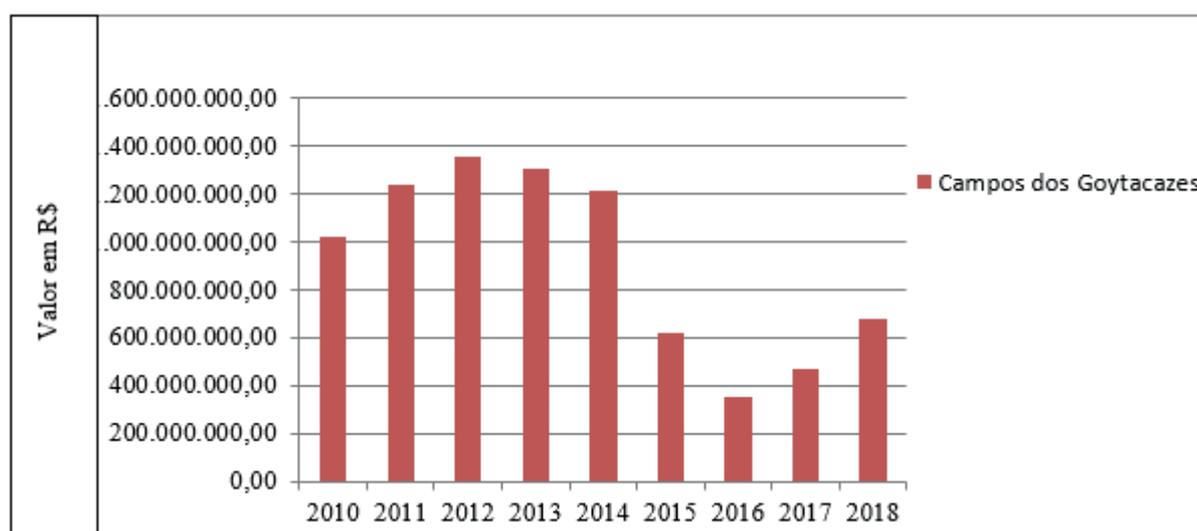
Questionado sobre esse longo intervalo de tempo, ele destacou que a cidade possui muitas praças e que a empresa não possui funcionários suficientes para dar conta de fazer todo o trabalho com frequência. Ressaltou, no entanto, que, quando as praças apresentam fortes sinais de deterioração, como mato muito alto e árvores ameaçando a rede elétrica ou a integridade dos usuários, a prefeitura encaminha uma equipe responsável para a execução desses serviços. Destacou que, no período quente e chuvoso, esse trabalho é feito com mais frequência, devido ao rápido crescimento do conjunto vegetal.

Ademais, questionado sobre os valores gastos com a manutenção das praças, também destacou, assim como o fez o Subsecretário de Mobilidade Urbana, que a crise orçamentária pela qual a prefeitura vem passando limitou os gastos do

poder público em demasia. O superintendente relatou que, quando o atual governo assumiu a prefeitura em 2017, o contrato com a empresa Vital ultrapassava os oito milhões. Com o decorrer do tempo, esse valor foi reduzido, com a finalidade de cortar gastos excessivos, fazendo o contrato cair para patamares de três milhões. Atualmente, foi mencionado que o contrato com a empresa Vital se encontra na faixa de seis milhões, o que foi possível devido a uma sensível melhora da arrecadação municipal. Logo abaixo, apresenta-se um gráfico (Figura 12) que mostra a arrecadação de royalties e participações especiais em Campos.

A partir da leitura da Figura 12, pode-se inferir que a arrecadação que vinha aumentando desde 2010, mantendo-se em patamares de mais de um bilhão até 2014, sofreu uma queda abrupta em 2015, chegando no ápice da redução em

Figura 12: Evolução dos royalties e participações especiais: 2010-2018



Fonte: Inforoyalties

2016. Os dados apresentados confirmam, nesse sentido, a fala dos agentes públicos, quando mencionam a crise orçamentária do município devido à diminuição da arrecadação de royalties. Porém, a partir de 2017, a arrecadação vem melhorando gradativamente, pois o barril de petróleo vem apresentando contínua valorização.

Nas entrevistas, foi relatado pelos agentes públicos dessa gestão que a limpeza acontece de forma mais frequente nas praças mais centrais, que são mais frequentadas. Quem decide sobre a frequência de limpeza é a própria empresa Vital, que também tem autonomia para aplicar o dinheiro recebido. Essas questões dificultaram ter uma visão mais detalhada a respeito dos valores gastos em cada espaço individualmente.

Segundo Vasconcelos (2013), a degradação do espaço público nas cidades brasileiras se deve à ausência de políticas públicas para cuidar da paisagem urbana. Para o autor, essa degradação tende a ser mais acelerada em áreas habitadas por grupos de menor renda, e quanto pior a qualidade estética do espaço público, pior tende a ser a qualidade de vida.

Considerações Finais

À guisa da pesquisa realizada e analisada ao longo deste trabalho, considera-se que as áreas verdes no município de Campos apresentam-se insuficientes no tecido urbano e tendem a concentrar-se em determinadas áreas específicas – principalmente na área central –, não atendendo, assim, à cidade de forma geral. Além disso, foi possível constatar que a prefeitura não realizou a criação de nenhuma área verde no período selecionado, o que se leva a concluir que o poder público, atualmente, não vem priorizando a criação desses espaços frente às novas dinâmicas e transformações socioeconômicas.

Percebeu-se que a arrecadação de royalties exerce um papel importante na manutenção e conservação de praças e jardins, uma vez que os agentes públicos alegaram que a diminuição desses repasses incidiu diretamente na piora da qualidade. Porém, é necessário salientar que a criação de espaços públicos vegetados é de suma importância para a constituição de uma cidade mais aprazível e sustentável, visto os benefícios que esses espaços proporcionam.

É possível afirmar que a insuficiência de áreas verdes no espaço urbano pode favorecer a declaração dos condomínios privados que reforçam o discurso exclusivista das áreas verdes e de lazer. Isso resulta em uma cidade ainda mais segregada e excludente, pois tende a promover um pensamento individualista: aqueles que desejam ter acesso a um ambiente mais aprazível, mais “verde”, com mais qualidade de vida, devem ocupar áreas privadas, fortificadas, como os condomínios fechados. No entanto, esses espaços só são acessíveis a uma parcela restrita da população.

É de suma importância, nesse sentido, que os trabalhos acadêmicos continuem acompanhando os desdobramentos das políticas ambientais urbanas no município, a fim de desvendar e decodificar os diferentes interesses que passam por essa temática. No contexto capitalista atual, em que a cidade está inserida na lógica “neoliberalizada” (SWYNGE-DOUW, 2017), é preciso estar atento às ações do Estado e verificar, de fato, se elas priorizam políticas de inclusão e democratização dos espaços públicos ou se atendem apenas a interesses econômicos, os quais acabam provocando mais segregação e desigualdades.

MESTRADO

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Referências

- ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.) **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. cap 1. p.43-70.
- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos: paisagem e ambiente. **Edusp**: São Paulo, 1986.
- CRUZ, J. L. V. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 9, n. 1-3, p. 43-50, 2007.
- BUCCHERI FILHO, A.T.; NUCCI, J. C. Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba - PR. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 18, p. 48-59, 2006.
- FALCÃO, D. A. **À espera de Morar Feliz: entre a remoção e o reassentamento do programa habitacional Morar Feliz, um território da espera**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.
- MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Políticas públicas, moradia popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela Margem da Linha. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.14, n.1, p. 37-56, 2014.
- GOMES, M. A. S. **Parques Urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 2009. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- GOMES, M. A. S. A produção e a valorização desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise das ações do estado e dos promotores/incorporadores imobiliários. **Geografães**, Vitória, p. 28-41, jan.-jul., 2015.
- GOMES, M. A. S. **Análise dos critérios técnicos “indicadores de sustentabilidade” em projetos de grandes parques urbanos (Rio de Janeiro/Brasil e Lisboa/Portugal)**. 2017. 105 f. Relatório (Estágio de Pós-Doutoramento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: **Annablume**, 2005.
- HENRIQUE, W. O direito à natureza na cidade. Salvador: **EDUFBA**, 2009. 186p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes>. Acesso: 05 abr 2019
- INFOROYALTIES. Disponível em < <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>> Acesso em 22 maio 2019.
- LEFÈBVRE, H. O direito à cidade. 3 ed. São Paulo: **Centauro**, 2004.
- LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos usos e funções. **Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, Paraná, v. 1, n. 1, p. 125-139, jun. 2005.
- RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A. et al. (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. cap 11. p.207-230.
- SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. 2. ed. São Paulo: **Contexto**, 2013. 205 p.
- SWYNGEDOUW, E. Cidades, coesão social e o meio ambiente: justiça urbana ambiental ou ecologia política? In: CASTRO, J. E. et al. (Orgs) **Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. cap 2. p.67-113.
- SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. (orgs.) A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: **Contexto**, 2013. p. 15-93.
- ZACCHI, R. C. **O papel dos proprietários fundiários e do estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980-2011)**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

¹ A Agenda 21 se constituiu em uma carta de intenções, cujos países signatários se comprometeram a desenvolver ações em diversas áreas de atuação, com a suposta pretensão de implementar o “desenvolvimento sustentável”.

² O termo “desenvolvimento sustentável”, instituído na Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987, se constitui “naquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (GOMES, 2017, p. 20).

A GESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DO ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DAS DESPESAS REFERENTES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT FROM THE PUBLIC BUDGET: AN ANALYSIS OF THE EXPENSES RELATING TO THE BUDGET OF THE MUNICIPALITY OF SÃO JOÃO DA BARRA, RIO DE JANEIRO STATE, BRAZIL

Resumo: A gestão ambiental consiste numa função dentro da legislação orçamentária, cuja finalidade se refere ao planejamento das políticas públicas ambientais. Neste caso, ao analisar os dados acerca desta função, é possível identificar para quais áreas ambientais se volta a ação governamental. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em identificar como o município de São João da Barra tem gerido, a partir do orçamento público, a gestão ambiental. Para tanto, a metodologia pautou-se no levantamento de dados realizados no sistema de transparência dos governos federal e municipal, levando em consideração a execução do Plano Plurianual municipal (2014-2017). Neste período, destacaram-se a distância entre o valor planejado e o realizado nas ações orçamentárias, além da queda de execução do ano de 2014 para 2015 e 2016. Outro ponto a ser considerado consiste no montante do gasto executado e na ausência de prioridade da gestão ambiental num cenário municipal marcado pelo aumento da exploração dos recursos naturais e dos recursos financeiros dele provenientes

Palavras-Chave: Gestão Ambiental Pública. Orçamento Público. Ação Governamental e Políticas Públicas.

Sandra Rangel de Souza Miscali

Doutorando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Coordenadora Executiva da Associação Raízes. sandramiscali@gmail.com

Rachel Carvalho

Doutoranda em Democracia no Século XXI pela Universidade de Coimbra. rachelcarv@gmail.com

Isroberta Rosa Araujo

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pesquisadora Social da Associação Raízes. isroberta@hotmail.com

Abstract: Environmental management constitutes a function within budgetary legislation, and its purpose is the planning of public environmental policies. In such case, by analyzing data about this function, it can be identified to which environmental areas government action is being taken. Accordingly, this work seeks to identify how the municipality of São João da Barra has managed environmental management from the public budget. For this, the methodology was guided by the data survey conducted in the transparency system of the federal and municipal governments, considering the implementation of the municipal Multi-year Plan (2014-2017). In this period, the gap between the planned and the executed amount in the budget actions was pointed out, as well as the drop in execution from 2014 to 2015 and 2016. Another issue to consider is the amount of expenditure executed and the lack of priority for environmental management in a municipal scenario marked by increased exploitation of natural resources and the financial resources derived from it.

Keywords: Public Environmental Management. Public Budget. Government Action and Public Policies.

Fabiana Arruda Resende Reis

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Assessora de Coordenação da Associação Raízes. fabi_sjdr@yahoo.com.br

Kíssila Neves Soares Vitorino

Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e professora do Instituto Federal de Minas Gerais. kissila.neves@ifsudestemg.edu.br

Introdução

O sistema capitalista preconiza a utilização de recursos naturais em detrimento do desenvolvimento econômico, bem como produz uma série de desigualdades socioambientais. Quintas (2009) questiona se há crise ambiental ou do próprio modelo civilizatório, à medida que 20% do contingente mais rico da população mundial são responsáveis por 86% de todo o consumo privado no Planeta, enquanto os 20% mais pobres consomem apenas 5% (PNUMA, 2002).

Neste sentido, podemos refletir sobre o papel e a gestão do Estado enquanto formulador, executor e regulador de políticas públicas socioambientais, que visam o bem-estar de toda a sociedade. Para isso, o presente estudo objetiva identificar como o município de São João da Barra tem administrado, a partir do orçamento público, a gestão ambiental.

Tendo em vista que o orçamento público consiste no instrumento utilizado pelos governos para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos

(impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros) a fim de desenvolver políticas públicas, torna-se necessário analisar a execução orçamentária para assim compreender as consideradas, pela gestão pública, como prioritárias.

Uma vez que o orçamento estima as receitas e fixa as despesas, por meio do sistema de transparência, é possível monitorar os gastos públicos e as prioridades atendidas pelo governo, executadas anualmente. Desta forma, ao final de quatro anos, é possível analisar como a gestão municipal administrou os recursos e as políticas públicas.

A fim de averiguar a gestão pública ambiental no governo municipal, em um primeiro momento, se discorrerá sobre a formação da agenda de políticas públicas em nível nacional; posteriormente, se examinará a composição das políticas ambientais com foco no orçamento; e, por fim, será analisada a execução das políticas públicas de gestão ambiental do município de São João da Barra.

M E S T R A D O

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Metodologia

A partir do método quantitativo, o modelo de investigação sobre a gestão ambiental construído levou em consideração o pressuposto de que existem gastos públicos realizados na área pelos entes federativos. Ainda, o modelo visou analisar como estes se desenvolveram na última gestão do Plano Plurianual (2014-2017) no município de São João da Barra.

Em decorrência da ausência de disponibilidade de informações em uma única fonte, foram utilizadas as bases de dados do portal de Transparência do Governo Federal, município de São João da Barra, e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

A análise dos dados desenvolveu-se a partir das funções¹ e subfunções² elencadas na Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão³, conforme Tabela 1.

Os dados foram tabulados, no programa Excel, por ano, função e subfunção, e analisados com o objetivo de identificar o orçamento planejado, as despesas anuais executadas (quantitativo, crescimento e diminuição) e as prioridades governamentais nos campos da gestão ambiental pública.

Destaca-se que o presente artigo representa uma versão preliminar do estudo em curso, tendo em vista a ampliação das análises para as demais categorias do orçamento: natureza de despesa, programa, ação orçamentária e fonte dos recursos.

Quadro 1 – Função e subfunção referentes à Gestão Ambiental

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
18 - GESTÃO AMBIENTAL	541 - Preservação e Conservação Ambiental
	542 - Controle Ambiental
	543 - Recuperação de Áreas Degradadas
	544 - Recursos Hídricos
	545 - Meteorologia

Fonte: Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

As políticas públicas ambientais brasileiras

A seguir, podemos identificar como o Estado assumirá funções de executor – responsabilidades na elaboração e implementação de políticas, programas e projetos – e regulador das políticas ambientais, à medida que crie uma série de ferramentas regulatórias para sanção, apoio ou ameaça (WINDHOLZ; HODGE, 2013, p. 22).

Nas décadas de 1930 a 1960, não havia propriamente uma política ambiental no Brasil, ou uma instituição gestora

da temática ambiental. Havia políticas setoriais que consideravam tangencialmente a questão ambiental, tendo como foco a exploração dos recursos naturais.

A construção das políticas ambientais brasileiras é influenciada diretamente pelos eventos internacionais, o que acarretará sua construção no período ditatorial, antes da promulgação da Carta Magna de 1988. No campo normativo, as décadas de 1990 e 2000 foram profícuas para a elaboração de várias legislações regulamentadoras das políticas ambientais.

Tabela 1: Marcos da Política Ambiental no Brasil

Ano	LEGISLAÇÃO/MARCOS	Contribuição
1965	Lei Federal nº 4.771/1965	Institui o Código Florestal.
1973	Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), coordenada pelo Ministério do Interior (Minter)	Criada a primeira instituição para tratar da temática ambiental. A agenda da Sema concentrou-se, principalmente, no problema do controle da poluição industrial e na gestão de unidades de conservação.
1981	Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938/1981	Estabelece os princípios, diretrizes, instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional.
1989	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – Lei nº 7.735/1989	Une os órgãos que tratavam a questão ambiental setorialmente – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Sema – em torno de um único órgão federal.
	Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) – Lei nº 7.797/1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para financiamento da Política Nacional de Meio Ambiente.
1990	Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR)	Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92, no Brasil. A conferência resultou em três importantes convenções ambientais – biodiversidade, mudanças do clima e desertificação –, e impulsionou a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no mesmo ano, após a extinção da Semam/PR.
1997	Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei nº 9.433/1997	Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
1998	Lei nº 9.605/1998	Estabelece as sanções penais e administrativas para crimes ambientais.

1999	Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) - Lei nº 9.795/1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
2000	Lei nº 10.165/2000	Institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).
	Lei nº 9.984/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e responsável pela instituição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
	Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
2006	Lei nº 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).
2007	Lei nº 11.516/2007	Cria o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao MMA, com o objetivo de gerenciar todas as unidades de conservação federais.
2009	Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
2010	Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
2012	Conferência Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)	Considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas. No entanto, o evento, que buscou renovar o compromisso dos países com o princípio do desenvolvimento sustentável, acabou sendo ofuscado por questões econômicas e políticas que mobilizavam as agendas dos países desenvolvidos na época, principalmente a crise econômica dos países europeus.
	Lei nº 12.651/2012	Institui o Novo Código Florestal e define as áreas de Preservação Permanente. Institui a obrigatoriedade do Cadastro Rural para imóveis rurais.

Fonte: IPEA e Nota Técnica MMA 10/2016



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Nos anos de 1970 a 1988, foi formado o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pois, com o desenvolvimento do capitalismo e o investimento em processos produtivos, teve início o controle e a regulação do Estado sobre o desenvolvimento e a operação de empreendimentos industriais e de infraestrutura de energia e transporte. Assim, desenvolveu-se o processo de criação dos instrumentos de meio ambiente, comando, controle, fiscalização e licenciamento de atividades poluidoras por meio da avaliação dos impactos nos estudos ambientais.

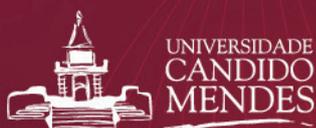
A Lei 6.938/81 criou a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Meio Ambiente, deliberando acerca dos seus princípios e funcionamento. A perspectiva da descentralização e interação entre as três esferas de governo foi contemplada no que se refere à inclusão dos estados e municípios, bem como à participação da sociedade civil por meio dos conselhos gestores de políticas públicas. Desta forma, os órgãos ficaram organizados da seguinte forma (Tabela 2):

Tabela 2– Sistema Nacional de Meio Ambiente

ÓRGÃO	FUNÇÃO
Conselho de Governo	Órgão Superior
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)	Órgão Consultivo e Deliberativo
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Órgão Central
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Órgãos Executores
Órgãos Seccionais	Órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental
Órgãos Locais	Órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e pela fiscalização dessas atividades nas suas respectivas jurisdições

Fonte: Elaborado a partir da Lei nº 6.938/81 e da Lei nº 11.516/2007

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Assim, nota-se que a ênfase no processo da gestão ambiental pública volta-se para a implementação de políticas de acordo com o debate internacional na área, tornando o meio ambiente um bem tutelado pelo Estado, tornando-se direito constitucional, conforme o art. 225 da Constituição Federal de 1988, no qual “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, sendo dever do Poder Público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo.

Segundo Johnston (1995), a proteção do meio ambiente é uma área em que o Estado deve estar presente, porque é seu papel garantir e proteger os direitos humanos, e estes dependem do meio ambiente saudável conforme aponta o direito constitucional supracitado.

A gestão ambiental e a agenda das políticas públicas sob a perspectiva orçamentária

A Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981 (BRASIL, 1981) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento);

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981, art. 2, p.1).

Uma das formas de verificar o cumprimento da Política Nacional de Meio Ambiente consiste no monitoramento do orçamento público a partir da função 18 - Gestão Ambiental (categoria funcional) definida pela Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, a qual estabelece 28 funções baseadas nas competências e finalidades dos entes estatais. A função 18 está dividida nas subfunções: preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia. Estas deveriam ser objeto de ampla divulgação pelo poder público, responsável para acompanhamento e controle por parte da sociedade.

Segundo Garcez (2007), podem surgir conflitos entre o pensamento neoliberal e o papel vital do Estado na promoção e proteção de um meio ambiente saudável e equilibrado, como ocorrido em 2002, quando o Ministério do Meio Ambiente recebeu o menor orçamento de todos os ministérios ao mesmo tempo em que sofreu o maior número de contingenciamento. Isto porque a definição das políticas orçamentárias anuais e a alocação dos recursos ocorrem em um ambiente permeado por disputas políticas, e, não havendo participação da sociedade no processo, as decisões ficam restritas ao Poder Executivo, que elabora o orçamento, e ao Poder Legislativo, responsável pela aprovação (CRUZ; SAUERBRONN; MACEDO, 2013).

Segundo a Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011), os entes devem disponibilizar as informações geradas pelos sistemas de contabilidade do setor público para garantir a transparência, a fim de que a sociedade possa acompanhar a *accountability* governamental.

De acordo com Ball (2005), a divulgação, pelo poder público, de informações ambientais geradas pela contabilidade pode colaborar para promover um *empowerment* da sociedade, inclusive pela tomada de consciência de que os bens ambientais pertencem à coletividade, mas, como são tutelados pelo Estado, devem ser controlados para que sejam geridos de forma adequada.

A gestão ambiental na esfera municipal: análises preliminares acerca do orçamento público de São João da Barra

O município de São João da Barra situa-se na Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Segundo estimativa do IBGE para 2019, possui 36.102 habitantes e densidade demográfica de 71,96 hab/km², apontada no Censo realizado em 2010. Em relação aos indicadores socioeconômicos, o município registrou, em 2015, o PIB de R\$111.529,40⁴, configurando-se entre os 100 maiores PIB per capita do Brasil. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, está entre os quatro primeiros municípios: Porto Real (29º lugar), Itaitiaia (38º), São João da Barra (45º) e Mangaratiba (63º) (IBGE, 2016). No que se refere ao IDHM, ocupa a 2.642ª posição

em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e, ainda, a 76ª no estado do Rio de Janeiro (TCE, 2018).

Quanto aos indicadores que tratam do orçamento público, o município apresentou receita total de R\$ 316,47 milhões em 2017, a 22ª do estado (em uma comparação que não inclui a capital). Em relação às receitas, vinculadas ao petróleo, registrou 38% de sua receita corrente total, correspondente a R\$ 3.379,61 por habitante, 2ª colocação no estado; carga tributária per capita de R\$ 1.560,08, 5ª do estado, destas, R\$ 42,68 em IPTU (55ª posição) e R\$ 1.226,71 em ISS (2ª lugar). A despesa total per capita de R\$ 7.848,37 se configura como a 1ª do estado, em contraposição a um investimento per capita de R\$ 19,11, posição de número 73 dentre os 91 demais (TCE, 2018).

Ao observar os programas referentes à Função 18 – Gestão Ambiental⁵, identificamos ações orçamentárias destinadas

aos eixos do saneamento básico – esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos –, além das comprometidas com a esfera administrativa, ou seja, a manutenção da própria Secretaria de Meio Ambiente (Quadro 2).

Quadro 2: Programas de Trabalho e Ações Orçamentárias referentes à Função 18 – Gestão Ambiental

Programa	Subfunção	Ação Orçamentária	2014	2015	2016	2017
024 – Programa de Saneamento Ambiental para Todos	512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1088 Construção de Estação de Tratamento de Esgoto	300.000	300.000	300.000	2.300.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1090 Limpeza de Canais de Macro e Microdrenagem	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	542 CONTROLE AMBIENTAL	1093 Abertura de Canais de Macro e Microdrenagem	300.000	300.000	200.000	2.200.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	542 CONTROLE AMBIENTAL	1094 Rede e Drenagem de Águas Pluviais	300.000	300.000	250.000	2.250.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	542 CONTROLE AMBIENTAL	1095 Substituição de Rede Coletora de Esgoto na sede do município	300.000	1.000.000	1.000.000	3.000.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1127 Aquisição de Equipamentos - Adm. Geral	20.000	20.000	20.000	20.000

001 Apoyo Administrativo	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2039 Desen. das Atividades da Sec. do Meio Ambiente	5.370.000	5.560.000	5.800.000	6.050.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2148 Desenvolvimento de Atividades de Preser- vação e Conservação Ambiental	1.300.000	2.750.000	1.400.000	1.500.000
017 – Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos	452 SERVIÇOS URBANOS	2040 Limpeza Urbana; Varrição de Logr.; Ret. Entulhos; Limpeza de Bueiros	29.030.000	29.030.000	29.540.000	30.050.000
Total			37.920.000	40.260.000	39.510.000	51.370.000

Fonte: Plano Plurianual de São João da Barra (2014-2017), 2019.

MESTRADO

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL

**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**

UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Ao comparar o orçamento total previsto para os quatro anos da gestão municipal e o destinado à gestão ambiental, identifica-se um percentual entre 8,15% e 10,29%, apontando o comprometimento do planejamento municipal com esta política pública (Quadro 3).

A não prioridade dada à gestão ambiental fica evidente quando comparada às despesas totais da execução orçamentária por ano e à executada na Função 18, tendo em vista que o percentual situa-se entre 2,19% e 2,95% (Quadro 4).

Quadro 3: Relação entre o orçamento total e a gestão ambiental planejada

Ano	Orçamento Total Planejado	Função 18 – Gestão Ambiental	Percentual%
2014	R\$ 398.733.832,37	R\$ 37.920.000,00	9,51
2015	R\$ 470.545.795,58	R\$ 40.260.000,00	8,56
2016	R\$ 484.662.169,45	R\$ 39.510.000,00	8,15
2017	R\$ 499.202.034,53	R\$ 51.370.000,00	10,29

Fonte: Plano Plurianual de São João da Barra (2014-2017), 2019.

Quadro 4: Relação entre o orçamento total e a gestão ambiental executada

Ano	Orçamento Total Executado	Função 18 – Executada	Percentual%
2014	R\$ 389.827.179,50	R\$ 11.516.569,72	2,95
2015	R\$ 383.510.888,10	R\$ 8.912.175,03	2,32
2016	R\$ 214.626.815,40	R\$ 4.704.129,85	2,19
2017	R\$ 251.911.118,40	R\$ 6.817.316,39	2,71

Fonte: SICONF, 2019.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Ao comparar as despesas totais planejadas (Quadro 3) com as executadas (Quadro 4) na Função 18 – Gestão Ambiental, verifica-se que, além do baixo valor destinado a esta política pública, a execução variou entre 11,91% e 30,37% (Quadro 5),

evidenciando a distância entre o planejamento e a execução, além da baixa prioridade no orçamento municipal.

Quadro 5: Relação entre o orçamento planejado e o executado na Função 18 – Gestão Ambiental

Ano	Função 18 – Gestão Ambiental Planejada	Função 18 – Gestão Ambiental Executada	Percentual%
2014	R\$ 37.920.000,00	R\$ 11.516.569,72	30,37
2015	R\$ 40.260.000,00	R\$ 8.912.175,03	22,14
2016	R\$ 39.510.000,00	R\$ 4.704.129,85	11,91
2017	R\$ 51.370.000,00	R\$ 6.817.316,39	13,27

Fonte: Elaboração própria com base no site de Transparência do município de SJB, 2019.

M E S T R A D O

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Apesar de o município ter apresentado queda na arrecadação em função da crise do petróleo a partir de 2015, os valores planejados e executados evidenciam a baixa prioridade da política, principalmente, quando se analisa o valor da perda da receita total em relação à despesa total (de 3% a 56%) e aos gastos com valores planejados e executados com gestão ambiental (69% e 88%).

Maia (2006, p.35) aponta como o fato de conciliar crescimento econômico, redução da desigualdade e uso

sustentável dos recursos naturais constituem um desafio em escala nacional na busca por mitigar, de forma efetiva e permanente, o quadro de extrema exclusão social. Assim, ao identificar quais são as políticas públicas prioritárias para o município, pode-se conferir que a gestão ambiental ocupou durante os quatro anos de execução orçamentária, respectivamente 6ª, 7ª e 8ª colocações em detrimento das demais políticas públicas.

Quadro 6: Relação entre o orçamento total executado e o percentual destinado a cada função

Função	2014		2015		2016		2017	
	%	Ranking	%	Ranking	%	Ranking	%	Ranking
10 – Saúde	29,19	1º	27,89	1º	30,37	1º	34,52	1º
12 – Educação	18,60	2º	21,34	2º	21,17	2º	19,43	2º
04 – Administração	13,65	3º	12,92	4º	10,08	4º	10,19	4º
15 – Urbanismo	13,14	4º	13,61	3º	15,37	3º	18,06	3º
08 - Assistência Social	8,40	5º	7,56	5º	5,47	5º	2,57	7º
01 – Legislativa	5,65	6º	2,57	7º	4,69	6º	3,64	5º
18 - Gestão Ambiental	2,95	7º	2,32	8º	2,19	8º	2,71	6º
26 – Transporte	2,68	8º	2,91	6º	3,22	7º	2,30	8º
06 - Segurança Pública	1,43	9º	1,64	9º	1,25	11º	1,07	10º
02 – Judiciária	1,27	10º	1,36	10º	1,94	10º	1,87	9º
27 - Desporto e Lazer	1,16	11º	1,36	10º	2,13	9º	1,05	11º
20 – Agricultura	1,00	12º	0,99	12º	0,82	13º	0,57	14º
28 - Encargos Especiais	0,46	13º	0,53	13º	0,85	12º	1,02	12º
13 – Cultura	0,20	14º	0,12	14º	0,02	15º	0,02	15º
16 – Habitação	0,11	15º	0,08	15º	0,00	17º	0,00	-
17 – Saneamento	0,07	16º	0,01	16º	0,02	16º	0,01	16º
14 - Direitos da Cidadania	0,00	17º	0,00	17º	0,00	-	0,00	-
09 - Previdência Social	0,00	-	0,00	-	0,40	14º	0,98	13º

Fonte: SICONF, 2019.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Segundo Sotero (2008) não se pode negar a necessidade de ampliação dos investimentos em meio ambiente, tanto para remediar quanto para evitar a ampliação dos problemas ambientais. Não existem dúvidas quanto à necessidade crescente de recursos financeiros para reverter o passivo ambiental, ainda mais quando há aumento da exploração dos recursos naturais por empreendimentos de grande porte.

De acordo com Kronenberg (2004) há uma correlação negativa entre a abundância de recursos naturais e o crescimento econômico. Segundo ele, entre os países em desenvolvimento, os principais responsáveis pela maldição do recurso natural são os níveis de corrupção e a falta de investimentos em educação. Podemos analisar que a abundância de recursos não é suficiente para assegurar investimentos em políticas públicas capazes de promover condições de vida melhores para a população. Neste contexto, a participação e o controle social sobre elas fazem diferença.

Cabe destacar que o município de São João da Barra possui uma execução orçamentária abaixo do planejado em relação à gestão ambiental. Apesar de o município ter, na última década, aumentado a arrecadação de recursos oriundos da exploração de recursos naturais referentes às rendas petrolíferas e aos impostos provenientes do Complexo Logístico Porto do Açú, ela não retornou para a política pública na mesma proporção.

A guisa da conclusão

O estudo aponta a diminuição das despesas municipais para a gestão ambiental, em contraposição ao aumento das receitas oriundas da exploração dos recursos naturais. Desta forma, quando somados os valores das despesas executadas no Plano Plurianual de 2014 a 2017,

eles totalizam R\$ 31.950.190,99, ainda baixos frente às prioridades colocadas pelas políticas públicas e o valor total previsto de R\$ 169.060.000.

A pesquisa deve ser aprofundada em relação aos tipos de despesas municipais a partir dos valores pagos⁶, visto que representa o que de fato é gasto na gestão ambiental pública. Neste sentido, cumpre reforçar a importância de informações nos portais de transparência dos municípios, a fim de potencializar o controle social durante a execução orçamentária, tendo em vista a necessidade de garantir que parte das receitas advindas da exploração dos recursos naturais retornem em forma de políticas públicas por meio da função gestão ambiental à sociedade.

Por fim, as finanças públicas devem deixar de ser um campo privilegiado dos formuladores das políticas públicas para serem apropriadas pela sociedade civil, pois constituem um campo de disputa e uma ferramenta na busca por justiça socioambiental. Assim, não só se participará da inclusão de políticas públicas, como se poderá garantir a sua execução conforme o planejado.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Referências

- BALL, A. Environmental accounting and change in UK local government. Accounting, **Auditing & Accountability Journal**, UK, v. 18, n. 3, p. 346-373. 2005.
- BARROS, M. L. B. A caminho da gestão ambiental. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, n. 100, p. 34-40, abr.-jun. 2004.
- BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/leis/P42_MPOG_14-04-1999.pdf. Acesso em: 01 jul. 2018.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Orçamento Federal. Manual Técnico do Orçamento. Brasília. 2018. Disponível em: https://www1.siope.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/mto:mto_inicial Acessado em 01 de julho de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama> Acesso em: 10 jan. 2012.
- CRUZ, C. F.; MACEDO, M. A. S.; SAUERBRONN, F. F. Um estudo sobre a divulgação de informações de gestão ambiental nas homepages de grandes municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 161-182, maio-ago. 2013.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- GARCEZ, C. A. G. O Protocolo de Quioto e o papel do Estado: os casos do Canadá e do Brasil. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, v. 7, p. 137-147. 2007.
- JOHNSTON, Barbara Rose. Human rights and the environment. **Human Ecology**, California, v. 23, n. 2, p. 111-118, June 1995. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01191645> Acesso em: 18 de dezembro de 2018.
- KRONENBERG, T. The curse of natural resources in the transition economies. Economics of Transition. Faculty of Economics and Business Administration, MERIT, University of Maastricht, Netherlands.v.12 (3), p. 399-426, 2004.
- MAGRINI, A. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, Itajubá, v. 8, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.sbpe.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- MAIA, Alexandre Gori, Transformações no Mercado de Trabalho e Desigualdade Social. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, out/dez. 2006. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a17v58n4.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- MOURA, Adriana M. M. Governança das políticas ambientais no Brasil: construção de um sistema integrado de avaliação. IPEA, v. 1904, p. 1-77, 2013.
- PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial: GEO 3**. Brasília: PNUMA/IBAMA, 2002.
- QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-80.
- SÃO JOÃO DA BARRA. **Plano Plurianual 2014-2017**. Disponível em: <https://saojoadabarra-rj.portaltip.com.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- EVOLUÇÃO DA LEI AMBIENTAL BRASILEIRA. Em discussão. Senado. Disponível: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/evolucao-da-lei-ambiental-brasileira.aspx>. Acesso em: 9 junho de 2018.
- SOTERO, J. P. **O financiamento público da política nacional de educação ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento**. 2008. 236p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro – São João da Barra. 2018. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1> Acesso em 01 de junho de 2018.
- WINDHOLZ, E.; GRAEME, H. A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **RDA, Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13- 56, set.-dez. 2013.
-
- ¹ A função consiste no maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Assim, reflete a competência institucional do órgão, como cultura, educação, saúde, defesa, entre outros (MTO, 2018).
- ² A subfunção constitui um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental. De acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, por meio da matricialidade, é possível combinar as subfunções a funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas (MTO, 2018).
- ³ Importante ressaltar que as funções e subfunções se aplicam ao orçamento público de todos os entes federados, obedecendo o padrão imposto pela Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.
- ⁴ A pesquisa Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios 2010-2015, realizada pelo IBGE, apontou que 25% do PIB estão concentrados em sete municípios (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Manaus). O maior PIB per capita de 2015, que na média do País chegou a R\$ 29,323 mil, foi o do município Presidente Kennedy, no Espírito Santo, com R\$ 513,134 mil. Em seguida, pela ordem, vêm os municípios de Paulínia e Louveira (ambos em São Paulo, com, respectivamente, R\$ 276,972 mil e R\$ 271, 206); Triunfo (RS); Selvíria (MS); Gavião Peixoto e Ilha Bela (também em São Paulo); São Francisco do Conde (BA); São João da Barra (RJ); e Araporã (MG) (IBGE, 2016).
- ⁵ Conforme descrito na metodologia, a função consiste no maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. No caso da Função 18 – Gestão Ambiental, reúne todas as despesas na área ambiental.
- ⁶ A etapa da despesa referente à execução orçamentária compreende o empenho, a liquidação e o pagamento. O empenho cria, para o Estado, a obrigação de pagamento pendente, pois gera uma reserva de dotação orçamentária; a liquidação consiste no reconhecimento do direito adquirido pelo credor de receber, tendo em vista a comprovação da prestação de serviços ou a entrega de produtos; já o pagamento constitui a transferência do recurso ao credor após a liquidação (MTO, 2018). Neste caso, para aferir as despesas públicas, é necessário identificar os pagamentos realizados.

UMA ANÁLISE DA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O NÚMERO DE DENÚNCIAS DE ESTUPRO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANALYSIS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE IMPACT OF PUBLIC POLICIES ON THE NUMBER OF RAPE REPORTS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Resumo: Diante do aumento da percepção da dimensão do problema da violência contra a mulher, percebe-se a importância de averiguar se as leis vigentes e as políticas públicas implantadas para combater esse tipo de violência estão obtendo eficácia, a fim de que se possa aprimorar as políticas existentes e, ainda, auxiliar na criação de novas maneiras de enfrentamento desse tipo de violência. Desde a década de 90, o assunto tem sido abordado como um problema amplo e complexo – visto que afeta todas as mulheres da sociedade, sem levar em conta classe social, raça, idade, local –, o que consolida a necessidade de se buscar entendê-lo a partir de uma dimensão social. Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de analisar a variação das denúncias dos casos de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro, em função da implementação das políticas públicas, a fim de avaliar as possíveis alterações no cenário estadual. O trabalho foi realizado por meio de um levantamento de dados a partir do Dossiê Mulher – Instituto de Segurança Pública – Governo do Estado do Rio de Janeiro, que compreende informações do período de 2003 até o primeiro semestre do ano de 2019. Percebeu-se, a partir do estudo, o aumento do número de denúncias de violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro, indicando que a sociedade está reagindo e a luta social está tendo mais visibilidade e efeito, o que representa também a saída da esfera privada para a esfera pública.

Palavras-Chave: violência contra a mulher. Gênero. Direitos humanos. Políticas públicas. Estupro.

Matheus Machado Orioli

Mestrando UCAM – Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Priscila Kelly Pedrosa Corrêa

Mestranda UCAM – Planejamento Regional e Gestão da Cidade. Pesquisadora GPIDMR-Itep-UENF-UNIFLU.

Abstract: Faced with the increasing perception of the dimension of the issue of violence against women, it is perceived the importance of ascertaining whether the laws in force and the public policies implemented to fight this violence are becoming effective, so that existing policies can be improved and help in the creation of new ways to confront this type of violence. Accordingly, the purpose of this study is to analyze the variation in the number of reports of rape cases registered in the state of Rio de Janeiro, Brazil, in accordance with the implementation of public policies, with a view to evaluating possible changes in the state scenario. The study was conducted by means of a data survey from the Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, which includes information from 2003 to the first half of 2019. From the study, the increase in the number of reports of violence against women in the state of Rio de Janeiro was perceived, suggesting that society is responding and the social struggle is having more visibility and effect, which also represents the way out from the private to the public domain.

Keywords: Violence against women. Gender. Human rights. Public policies. Rape.

Silvana Coutinho de Andrade Ribeiro

Mestranda UCAM – Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Ludmila Gonçalves da Matta

Prof. Doutora, em Sociologia Política. Professora do Curso da Mestrado UCAM – Planejamento Regional e Gestão da Cidade

Introdução

Diante do aumento dos índices de violência contra a mulher, cria-se a necessidade de averiguar se as leis vigentes e as políticas públicas implantadas para combater esse tipo de violência estão obtendo eficácia – ou seja, se estão realmente sendo capazes de fazer com que as vítimas tenham consciência de seus direitos e denunciem o agressor, a fim de que este seja punido, reduzindo, assim, o expressivo número de vítimas retratado nos dados estatísticos –, com o objetivo de aprimorar as políticas existentes e, ainda, auxiliar na criação de novas maneiras de enfrentamento desse tipo de violência.

Desde a década de 90, o assunto tem sido abordado como um problema amplo e complexo – visto que afeta todas as mulheres da sociedade, sem levar em conta classe social, raça, idade, local –, o que consolida a necessidade de entendê-lo a partir de uma dimensão social, buscando conceitos e fundamentos em referencial teórico-metodológico, para amparar as práticas de combate a essa mazela social.

O objetivo deste trabalho é analisar a variação das denúncias dos casos de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro, em função da implementação das políticas públicas, a fim de avaliar as possíveis alterações no cenário estadual.

O recorte de estudo se limita à análise de dados em escala estadual, atentando para as condições do combate à violência contra a mulher, no que concerne os números

de denúncias dos casos de estupro verificados, considerando todas as alterações feitas pela legislação no decorrer dos anos.

Na primeira parte do trabalho, são expostos alguns aspectos e conceitos da violência contra a mulher, tentando uma maior clareza quanto às dimensões dessa conjuntura.

Na segunda etapa, são apresentados e analisados dados acerca da violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro, para que se possa compreender o panorama geral no que tange à quantificação e (quando possível) tipificação dos casos registrados, no período que compreende do ano 2003 até o primeiro semestre do ano de 2019, com dados extraídos do Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro do período em questão.

Aspectos e considerações da violência contra a mulher

A questão do combate à violência contra a mulher é percebida por diversos autores como um processo histórico de um movimento social de luta por direitos. Segundo Saffioti (2004, p. 76):

Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Por haver escrito a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã), Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Ao se observar o panorama histórico desse movimento, é possível constatar uma mudança na percepção desses direitos. Tradicionalmente, os direitos de cidadão, garantidos como direitos naturais, eram restritos a certos grupos. Com o passar do tempo, a conscientização e mudança de juízo sobre determinados direitos, por uma parcela significativa da população, impulsionaram esses movimentos que, por muitas vezes, são combatidos com violência – direta ou indireta.

Estruturas de dominação não se transformam meramente através legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas.

O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p.15-16)

A violência contra a mulher está, de certo modo, historicamente enraizada na sociedade, visto que está diretamente relacionada à imagem de submissão e inferioridade feminina, procedente dessa histórica negligência de direitos, supressão do poder de opinião e falta de representatividade.

É possível sustentar, ainda, que todo esse processo histórico acaba por legitimar uma produção social fundamentada na opressão machista e patriarcal, de modo a naturalizar a violência contra a mulher e a torná-la corriqueira.

A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretenso caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos. Do exposto pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusivamente social. (SAFFIOTI, 1987, p.15).

Chauí (2011, p. 381 e 382) reitera que:

Há, no Brasil, um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as dificuldades étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais, etc. [...] O mito da não-violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência de fato da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo que é admitida

Nessa perspectiva, Guimarães e Pedroza (2015, p. 261) entendem:

o quanto a sociedade brasileira é autoritária e estruturada em relações de mando e obediência, sustentadas com base em padrões patriarcais e machistas. Essa invisibilidade da violência estruturante de nossa realidade alia-se às desigualdades de gênero e, dessa maneira, ao negar direitos às mulheres e atribuir força e autoritarismo aos homens, acaba-se por legitimar e naturalizar muitas das violências sofridas por elas. Violências que são demarcadas na intersubjetividade entre masculinidade(s) e feminilidade(s). Violências que surgem nesse encontro com a alteridade e na própria negação da mesma.

Na questão da violência de gênero, salienta Bandeira (2014, p. 457):

Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência.

Ainda sobre a violência de gênero, Bandeira (2014, p. 458) aborda dois fatores como as armadilhas e táticas utilizadas nesse comportamento:

o que se poderia chamar das armadilhas e táticas do poder patriarcal, na medida em que a existência das mulheres é carregada de sentidos: ser esposa, mãe, filha, cuidadora, entre os compromissos de ser fiel, companheira, amiga, boa mãe, dentre outros. O registro do patriarcado é demarcado na carne e não é sutil, porém, mais forte é a demarcação simbólica, que quando quebrada, responde com a morte, uma vez que não podemos romper como reprodutoras da ordem social e biológica que nos foi imposta.

A percepção da questão da violência contra a mulher como algo a ser enfrentado vem, ao longo dos anos, se diversificando e intensificando, vindo a ser considerada, a partir da década de 1990, problema de saúde pública, gênero e direitos humanos. Desde então, os estudos e estatísticas apontam que a violência contra a mulher não se restringe à violência física, mas abrange um conjunto de transgressões, que inclui violência doméstica, sexual, psicológica, patrimonial, moral, institucional, tráfico de mulheres, exploração sexual de mulheres, exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes/jovens, assédio sexual, assédio moral e cárcere privado.

A “Convenção de Belém do Pará” [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA)] – realizada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994 – traz, em seu primeiro capítulo, artigo primeiro, que: “deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Convenção de Belém do Pará, 1994, p.2). O texto da convenção sustenta, ainda, que violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos.

A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, instituída em 7 de agosto de 2006 com o desígnio de tratar exclusivamente de casos de violência contra a mulher, foi um marco no combate à violência contra a mulher – antes da publicação da lei, casos de agressão, por exemplo, eram enquadrados no juizado de pequenas causas, tinham penas muito baixas e acabavam sendo convertidos em penas alternativas, como doação de cestas básicas. Em 13 de maio de 2019, a lei ganha mais uma melhoria, com a publicação da Lei nº 13.827, que altera o texto da Lei Maria da Penha, incluindo autorizar, em hipóteses específicas, a aplicação de medida protetiva de urgência, podendo o agressor ser imediatamente afastado do lar no caso de violência doméstica.

A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) há 35 anos, foi uma conquista muito importante, visto que, em muitos casos, havia, até então, uma resistência pessoal na hora de fazer a denúncia, uma vez que algumas mulheres eram atendidas por indivíduos que, ao invés de registrarem a denúncia da violência, acabavam por cometer outra contra a vítima.

Nessas delegacias (DEAMs) a finalidade não é apenas punir os agressores, mas também proporcionar amparo e orien-

tação às vítimas sobre seus direitos e estimular denúncias das agressões, além de fazer estudos para a identificação do perfil de agressores (BREder, 2018). Hoje são 14 delegacias especializadas nesse atendimento no estado do Rio de Janeiro segundo a Polícia Civil do estado.

Segundo Bandeira (2014, p. 452):

A característica marcante que ancora a existência da Deam é a construção de um ordenamento de valores diferenciados, que possibilitem a escuta e o olhar distintos em relação ao parâmetro masculino de compreensão sobre a violência. Ou seja, estas delegacias devem ter seus quadros funcionais compostos por delegadas e agentes policiais mulheres capacitadas em relação às especificidades que caracterizam a violência contra a mulher, assim como a mais ampla compreensão do(s) contexto(s) em que ocorre.

Apesar dos esforços nesse combate com instrumentos legais, políticas públicas e campanhas de conscientização, o número de vítimas que não realizam denúncias ainda é muito significativo, facilitando sucessivos episódios de violência, e, à medida que a violência – seja ela de qualquer natureza – ocorre, de forma recorrente e gradativa, tende a se mostrar cada vez mais pujante, muitas vezes levando à morte.

“Femicídio” ou “feminicídio” são expressões utilizadas para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua condição de mulher. Segundo Alicia Bárcena, secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL):

O feminicídio é a expressão mais extrema da violência contra as mulheres. Nem a tipificação do crime nem sua visibilização estatística foram suficientes para erradicar esse flagelo que nos alarma e horroriza a cada dia. (ONU, 2018, p. 2).

Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, reitera que:

A subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar, gozar e dispor. (PRADO, 2016).



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

No Brasil, o crime de feminicídio foi reconhecido legalmente após a publicação da Lei nº 13.104/2015, que fez alterações no art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), onde incluiu o feminicídio como circunstância de qualificação do crime de homicídio.

Dentre os crimes de violência sexual, o estupro é um dos mais antigos praticados, pois os agressores ocupam os mais variados e inesperados locais, conforme menciona Souza (2017, p. 11):

Relatos sobre casos de estupro acontecem nos mais variados ambientes, desde o temido beco escuro onde todas as mães instruem suas filhas a não transitarem, até mesmo o grande número de incidências ocorridas dentro da 'pretensa casa segura' da vítima.

Como uso de poder e submissão, como salienta Saffioti (1987, p.18):

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desistir, não tem direito de escolha.

Além disso, o crime de estupro foi o que mais sofreu modificação em sua tipificação com o passar dos anos. Verificou-se que a questão do estupro não está condicionada apenas à penetração, pois a atividade sexual humana não tem como finalidade única a reprodução. Atualmente, a sexualidade é aceita não apenas para fins de procriação, mas também para socialização, satisfação de prazeres, estabelecimento de relações amorosas, relações sociais, recreação, entre outros. No entanto, para a realização de seu desejo sexual, o agressor pode se manifestar de várias formas, porém nenhuma delas respeita a vontade e a dignidade da vítima. (SOUZA, 2017).

Outra modificação importante a ser mencionada sobre esse tipo de crime foi a criação da Lei nº.12.015/09, de 7 de agosto de 2009, que passou a incluir o homem como possível vítima de estupro, uma vez que, antes, estava desamparado pela legislação. No entanto, o crime de violência sexual ainda é uma realidade que assombra muito mais o universo feminino.

Considerações metodológicas

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa descritiva e exploratória, que objetiva esclarecer ideias, sendo desenvolvida de modo a proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, a fim de explicitá-lo melhor e construir uma visão geral sobre determinado fato ou situação, envolvendo levantamento bibliográfico e pesquisa na base de dados apresentada no Dossiê Mulher – Instituto de Segurança Pública – Governo do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Gil (2010, p. 44), as pesquisas descritivas são úteis para encontrar e descrever características de certa população, sendo "inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados".

A pesquisa exploratória é utilizada quando o pesquisador se depara com temas pouco estudados, o que torna difícil a formulação de hipóteses, assumindo, geralmente, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (GIL, 2010).

O Dossiê Mulher é uma publicação anual da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, e traz informações relativas à violência contra a mulher. O relatório aborda os principais crimes que milhares de mulheres sofrem cotidianamente, como a lesão corporal dolosa, a ameaça, o atentado violento ao pudor, o estupro, o homicídio doloso e a violência doméstica. Para essa pesquisa, foram analisadas as publicações do Dossiê no período de 2003 a 2019.

Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentamos o levantamento sobre a situação da violência contra a mulher a partir da descrição e análise dos dados sobre os casos de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro. Buscamos verificar a correlação entre a implementação de políticas públicas voltadas para a proteção da mulher – e a incidência dos casos de violência.

De acordo com as informações extraídas do Dossiê Mulher, houve um crescimento de 28.731 para 31.608 no número de registros de violência contra a mulher no estado entre os anos de 2003 e 2004, o que indica que, a partir do aumento das denúncias, a sociedade já estava reagindo para combater a banalização dos casos, isso mesmo antes da Lei nº 11.340.

O ano de 2005 registrou uma média mensal de 118 denúncias, o que representa uma média diária de quatro vítimas, um total de 1.416 no ano. Com relação ao ano de 2004, apresentou aumento 20,6%.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

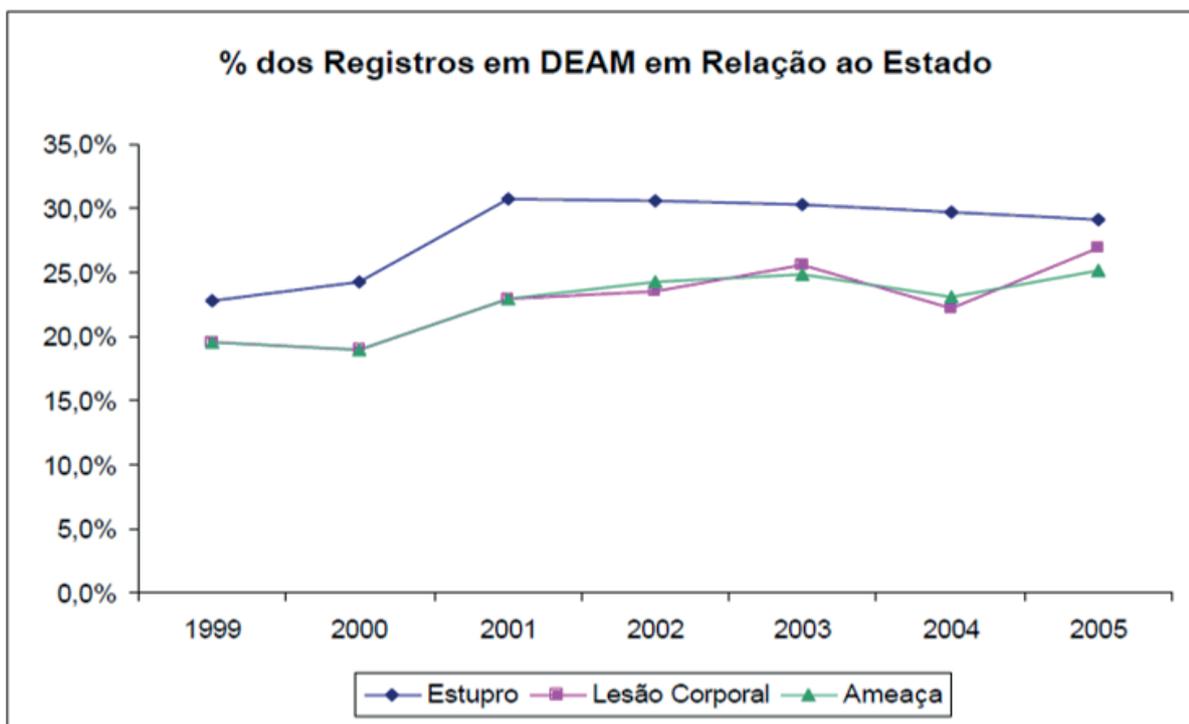
Em 2006, foi registrada média mensal de 107 denúncias de estupro no estado, representando, nos registros, uma média de quatro vítimas por dia. Com relação ao ano anterior, 2006 apresentou uma redução de 138 registros, ou ainda 9,7% a menos do que em 2005. Percebe-se que essa redução aconteceu no ano da criação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Pode-se inferir, como hipótese, que houve, de certa forma, uma inibição do comportamento do agressor, visto que, a partir de então, passou a existir um mecanismo para coibir esse tipo de violência. Por outro lado, pode-se inferir a hipótese de que as vítimas também se inibiram em denunciá-los em razão da legislação ter se tornado mais rigorosa com os agressores, não podendo mais serem punidos, como de costume, com penas alternativas como o pagamento de cestas básicas. Com a lei, ficou decretada pena de detenção, que, atualmente, pode chegar a até três anos. E nos casos onde o único provento da casa vem do agressor, as vítimas se veem coagidas e condicionam sua decisão, muitas vezes, a questões associadas ao campo financeiro e afetivo.

No entanto, no ano de 2007, houve 1.376 registros de denúncias de estupro. Este número significa um aumento de 7,7%, ou de 98 de-

núncias de vítimas, em relação ao ano de 2006, e representa uma média mensal de 115 vítimas que fizeram a denúncia, alcançando, aproximadamente, quatro vítimas por dia. A cada 100 mil habitantes, 8,7 mulheres foram vitimizadas no ano de 2007. Percebe-se que, no ano seguinte, com a criação dessa lei, as denúncias aumentaram. Isso demonstra uma certa efetividade da política pública, uma vez que passou a existir uma legislação específica voltada para tratar desse tipo de crime dentro do contexto de violência contra a mulher. Observa-se que houve uma maior conscientização por parte da sociedade, o que possibilitou que as vítimas fossem encorajadas, por pessoas próximas ou por familiares, a denunciarem o crime, e que também conseguissem medida protetiva, proporcionando maior segurança.

Vale ressaltar que, com os anos, o crime de estupro passou a ser enquadrado como um dos tipos de violência sexual, e outros tipos de violência foram sendo reconhecidos como crime, tais como tentativa de estupro, assédio sexual, importunação ofensiva ao pudor e ato obsceno.

Gráfico 1 – Percentual anual dos registros em DEAM – 1999-2005



Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2006.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

O Gráfico 1 demonstra o percentual de registros de estupro, lesão corporal e ameaça feitos nas DEAMs no período de 1999 a 2005. Como pode-se observar, em 2000, houve aumento dos percentuais referentes aos registros desses três delitos. Nos anos seguintes, nota-se uma leve queda com relação ao estupro e uma situação de estabilidade nos registros de ameaça e lesão corporal dolosa, sen-

do que, no ano de 2005, para o delito de lesão corporal, o número de registros apresentou aumento considerável.

A Tabela 1 abaixo expõe os números de denúncias de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro. De 2000 a 2005, são registrados um total de 17.622 casos.

Tabela 1 – Série histórica de atentado violento ao pudor e estupro no estado do Rio de Janeiro (valores absolutos e taxa anual por 100 mil habitantes)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Taxa Anual
1991	62	80	73	71	78	86	69	78	104	77	75	99	952	7,4
1992	75	80	95	77	94	103	76	90	81	61	78	83	993	7,7
1993	97	109	79	103	81	78	83	88	62	91	79	76	1.026	7,8
1994	87	72	100	89	77	77	79	75	75	75	78	77	961	7,3
1995	87	78	104	82	83	81	107	89	96	104	91	91	1.093	8,2
1996	85	91	86	90	79	79	69	79	113	100	92	99	1.062	7,9
1997	113	108	98	121	102	83	116	98	104	113	112	119	1.287	9,4
1998	148	115	150	133	126	113	113	130	130	104	105	126	1.493	10,7
1999	131	150	164	124	117	144	139	110	145	102	124	121	1.571	11,1
2000	126	141	114	114	111	106	83	110	98	106	97	92	1.298	9,0
2001	101	116	148	123	115	131	98	128	97	129	105	92	1.383	9,4
2002	83	102	129	124	110	96	96	110	79	100	85	78	1.192	8,0
2003	96	100	84	84	66	88	73	86	82	84	93	81	1.017	6,7
2004	95	92	93	84	77	83	68	117	128	117	119	101	1.174	7,6
2005	130	107	118	108	120	117	106	118	137	133	94	128	1.416	9,0
2006	132	113	112	89	109	109	103	105	106	103	97	100	1.278	8,0
2007	134	92	132	116	126	120	84	111	128	116	107	110	1.376	8,7
2008	103	97	138	116	99	125	115	120	125	174	124	135	1.471	9,2
Total Geral													22.043	

Percebe-se que, após dois anos da publicação da Lei Maria da Penha, os números não param de aumentar. No entanto, é importante ressaltar que, em 2009, a nova redação dada ao artigo 213 do Código Penal enquadra o crime de atentado violento ao pudor como crime de estupro.

A partir do ano de 2009, em levantamento no Dossiê Mulher, os dados sobre o crime de estupro passaram a ser registrados junto com os dados do crime de atentado violento ao pudor ocorridos em 2008. Como pode ser observado na Tabela 2, o ano de 2008

registra 3846 denúncias de vítimas de estupro e atentado violento ao pudor no estado do Rio de Janeiro. Este número significa um aumento de 0,7% ou de 22 denúncias em relação ao ano de 2007 – levando em conta os dois tipos de crime –, representando uma média mensal de 320 denúncias de vítimas, alcançando a média 10.7 denúncias por dia. Para cada grupo de 100 mil habitantes, houve 24.3 mulheres que denunciaram que foram vítimas de estupro no ano de 2008 no estado.

Tabela 2 – Série histórica de atentado violento ao pudor e estupro no estado do Rio de Janeiro (valores absolutos e taxa anual por 100 mil habitantes)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Taxa Anual
2000	232	243	234	202	203	201	184	241	204	240	208	191	2.583	18,2
2001	261	241	300	250	235	283	229	261	261	307	292	233	3.153	21,8
2002	227	219	239	278	241	234	238	262	230	257	207	195	2.827	19,2
2003	245	221	236	215	189	198	188	205	217	210	232	221	2.577	17,2
2004	246	199	258	239	195	216	195	276	282	272	280	259	2.917	19,2
2005	334	260	317	289	305	282	246	296	356	331	267	282	3.565	23,0
2006	311	270	281	222	254	278	272	263	251	277	257	264	3.200	20,3
2007	313	228	289	249	257	255	238	260	292	285	289	267	3.222	20,6
2008	257	257	330	292	263	309	295	321	356	438	356	372	3.846	24,3
2009	381	322	441	359	372	337	334	322	330	363	230	329	4.120	25,8
Total Geral													32.010	

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2010.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Em comparação a 2008, o ano de 2009 apresentou um aumento de 7,0. Em valores absolutos, foram mais 274 denúncias de vítimas de atentado violento ao pudor e estupro. A média mensal alcançou o número de 343 denúncias ou, ainda, uma média de 11.43 casos ao dia. O número total de casos, em 2009, foi de 4120.

A partir da versão de 2010, o Dossiê recebeu mudanças na forma de tratamento do crime de estupro para atender à nova tipificação estabelecida pela Lei nº.12.015/09, de 7 de agosto de 2009, em que também inclui o homem como sendo possível vítima.

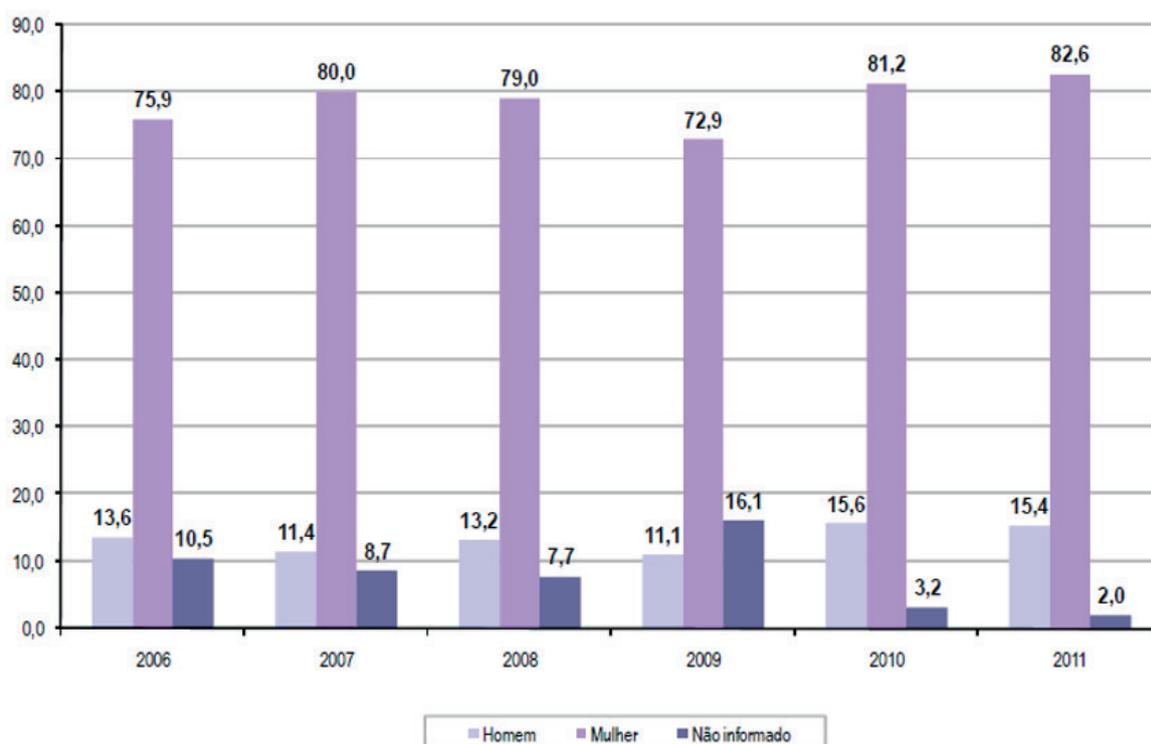
Em relação a 2009, o ano de 2010 apresentou um aumento de 11,4% ou, em valores absolutos, mais 469 denúncias de vítimas de estupro. A média mensal alcançou o número de 382 vítimas ou, ainda, uma média de 12.73 vítimas ao dia, em um total anual de 4.589 casos.

Comparado a 2010, o ano de 2011 apresentou aumento de 6,1% ou, em valores absolutos, mais 282 denúncias de vítimas de casos

de estupro reportados. A média mensal alcançou o número de 406 registros ou, ainda, uma média de 12.18 casos ao dia e um total de 4.871 no ano.

O Gráfico 2 demonstra que o percentual de denúncias de mulheres vítimas de estupro registrado em 2011 (82,6%) corresponde ao maior já registrado desde 2006. Embora a Lei nº 12.015/09 tenha ampliado o rol de denúncias das vítimas de estupro, incluindo os homens nesse universo, as mulheres permanecem como as principais vítimas de violência sexual, com maior número de denúncias. Mas é importante ressaltar que os casos de denúncias que aumentaram não garantem que está havendo um aumento desse tipo de crime, pois, como mencionado anteriormente, são dados de casos denunciados. Isso se apresenta como uma conquista num mundo de tanta opressão, pois indica que as vítimas se sentem seguras para denunciar o agressor.

Gráfico 2 – Vítimas de estupro no estado do Rio de Janeiro – 2006-2011 (Valores absolutos e diferenças percentuais)



Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

Em 2012, comparado a 2011, pode-se observar um aumento de 23,8% ou, em valores absolutos, uma adição de 1.158 casos registrados. A média mensal alcançou o número de 502 denúncias das vítimas ou,

ainda, cerca de 16.74 vítimas ao dia, contabilizando quase 37 casos registrados de estupro para cada grupo de 100 mil habitantes. O total anual foi de 6.029 casos, conforme a Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Série histórica de atentado violento ao pudor e estupro no estado do Rio de Janeiro (valores absolutos e taxa anual por 100 mil habitantes)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Taxa Anual
2008	257	257	330	292	263	309	295	321	356	438	356	372	3.846	24,6
2009	381	322	441	359	372	337	334	322	330	363	230	329	4.120	26,1
2010	345	391	341	337	345	347	402	402	402	359	442	476	4.589	28,7
2011	396	416	434	389	417	395	365	423	448	404	380	404	4.871	30,1
2012	487	475	545	454	471	481	538	512	536	555	487	488	6.029	36,9
Total Geral													23.455	

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Na versão do Dossiê Mulher 2013, foram feitas novas alterações: a revogação do artigo 214 do Código Penal, que definia o crime de atentado violento ao pudor, e a nova redação dada ao artigo 213 do Código Penal, que aborda o crime de estupro. Conforme atual redação do artigo 213, a conduta do crime, até então definida como atentado violento ao pudor, passou a compor a definição de estupro. A nova tipificação desse crime não distingue o gênero da vítima e inclui o homem também como vítima. Outro aspecto importante nessa lei é a inserção da tipificação “Estupro de vulnerável”, por meio do artigo 217-A. No entanto, comparado a 2012, o ano de 2013 apresentou uma redução de 2,45% ou, em valores absolutos, menos 122 vítimas de estupro de ambos os sexos. A média mensal alcançou o número de 405 denúncias ou, ainda, cerca de 33.8 vítimas ao dia. Foram 57.7 denúncias para cada grupo de 100 mil habitantes. O total de 4871.

Na versão do Dossiê Mulher 2015, passaram a ser apresentados, de forma agrupada, os dados sobre os crimes sexuais, detalhando-os como crimes de estupro e tentativa de estupro. Ambos são incluídos como violência sexual, conforme a tipificação estabelecida pela Lei nº 12.015/09, de 7 de agosto de 2009.

Os dados de 2014, em relação a 2013, registraram uma redução de 3% ou menos 146 vítimas. Ainda assim, o estado do Rio de Janeiro registrou, em 2014, uma média diária de 13 denúncias de estupro, totalizando 4725. Do universo das vítimas de estupro registradas, 83,2% eram do sexo feminino.

Já, em 2015, os crimes de violência sexual vieram separados em dois tipos: “estupro”, com 4013 casos – em que o total de vítimas mulheres corresponde a 84,5% –; e “tentativa de estupro”, com 387 casos. O somatório dos dois tipos de crimes totalizou 4.400 casos de denúncias.

Nos dados do ano de 2016, ficaram ainda mais detalhados os crimes de natureza sexual, abordando especificamente os crimes de estupro e de tentativa de estupro (Lei nº 12.015/09, de 7 de agosto de 2009). Também foram incorporados, a partir da edição do Dossiê Mulher 2017, os delitos de assédio sexual (Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001) e importunação ofensiva ao pudor (Lei das Contravenções Penais).

Tabela 4 – Série histórica mensal de estupros de mulheres no estado do Rio de Janeiro – 2012-2016 (Valores absolutos, médias mensais e taxas por 100 mil mulheres)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	mai	jul	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	Media	Taxa 100 mil mulheres
2012	392	403	429	348	380	380	448	448	436	459	456	447	403	4.993	416,1	59,5
2013	414	420	413	451	377	377	390	390	380	429	458	395	351	4.871	405,9	57,7
2014	475	463	381	389	362	362	372	372	377	406	397	387	360	4.725	393,8	55,7
2015	402	309	377	350	291	291	355	355	374	328	329	338	342	4.128	344,0	48,4
2016	351	285	323	366	313	313	332	332	331	363	348	338	353	4.013	334,4	46,1
Total Geral														22.730		

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2017.



A QUALIDADE DE ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.

INSCREVA-SE AGORA!

Tabela 5 – Mulheres vítimas de violência sexual no estado do Rio de Janeiro segundo delitos analisados de mulheres no estado do Rio de Janeiro – 2015-2016 (Valores absolutos, diferenças percentuais e taxas por 100 mil mulheres)

	Nº de mulheres vítimas	Diferença % em relação a 2015	Taxa por 100 mil mulheres residentes (2015)	Taxa por 100 mil mulheres residentes (2016)
Estupro	4.013	-2,8%	48,4	46,1
Tentativa de estupro	387	-20,0%	5,7	4,4
Importunação ofensiva ao pudor	588	-3,6%	7,1	6,8
Assédio sexual	126	-6,0%	1,6	1,4

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2017

Percebe-se uma redução em todos os tipos de crime de violência sexual em relação ao ano de 2015.

A versão do dossiê de 2017 trouxe um comparativo desde o ano de 2012 até o de 2016. Houve uma redução considerável nesse período.

Houve mais mudanças na versão 2018. Foi agrupado, na categoria de violência sexual, o delito ato obsceno, tipificado pelo artigo 233 do Código Penal Brasileiro como:

“[...] a prática de ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público”. A violência sexual é o tipo de violência que mais atinge as mulheres proporcionalmente. No universo dos diferentes crimes sexuais aqui tratados, as mulheres representam entre 80% e 90% do total de vítimas. Em relação ao ano de 2016, em 2017, houve aumento nos casos reportados de crimes de estupro, de importunação ofensiva ao pudor, redução nos crimes de tentativa de estupro, ato obsceno e pequena redução nas denúncias do crime de assédio sexual, conforme mostra o Gráfico abaixo:

Tabela 6 – Mulheres vítimas de violência sexual no estado do Rio de Janeiro segundo delitos analisados. de mulheres no estado do Rio de Janeiro – 2016-2017 (Valores absolutos e taxas por 100 mil mulheres)

	Nº de mulheres vítimas (2016)	Nº de mulheres vítimas (2017)	Taxa por 100 mil mulheres residentes (2017)
Estupro	4.013	4.173	47,7
Tentativa de estupro	387	356	4,1
Assédio sexual	126	125	1,4
Importunação ofensiva ao pudor	588	595	6,8
Ato obsceno	270	194	2,2

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Com relação a dados do ano de 2018, a versão do dossiê 2019 traz as seguintes informações em comparação com o ano de 2017: aumento das denúncias dos crimes de estupro, de assédio sexual e de importunação ofensiva ao

pudor; redução de registros no crime de tentativa de estupro; e pequena redução no de ato obsceno, conforme mostra a Tabela 7:

Tabela 7 – Mulheres vítimas de violência sexual no estado do Rio de Janeiro segundo delitos analisados de mulheres no estado do Rio de Janeiro – 2017-2018 (Valores absolutos e taxas por 100 mil mulheres)

	Nº de mulheres vítimas (2017)	Nº de mulheres vítimas (2018)	Taxa por 100 mil mulheres residentes (2018)
Estupro	4.173	4.543	50,6
Tentativa de estupro	356	308	3,4
Assédio sexual	125	150	1,7
Importunação ofensiva ao pudor	595	638	7,1
Ato obsceno	194	193	2,2

Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Nos dados do ano de 2019, as informações abrangem até o mês de julho conforme relatório por área do Instituto de Segurança Pública. Os números de denúncia dos delitos de estupro, de janeiro a julho, foram de 3.046, o que significa um aumento de 86 (2,8%) denúncias com relação ao mesmo período de 2018, que teve 3.132. Quanto aos anos de 2008 até julho de 2019, percebe-se uma redução gradativa, que começou em 2013 e se manteve até o ano de 2017, quando, a partir de então, houve um aumento, o qual prevalece até hoje, com relação à média mensal por ano. Vale lembrar que o Decreto 8.086, de 30 de agosto de 2013, que instituiu o Programa Mulher: Viver sem Violência, alterado pelo Decreto 10.112, de 12 de novembro de 2019, para Programa Mulher Segura e Protegida, teve sua parcela

de contribuição na alteração dos números de denúncias dos casos de violência sexual no ano de 2013:

No texto, fica instituído o Programa Mulher Segura e Protegida, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira, de acordo com o Art. 2º do Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019 (Brasil, 2019).

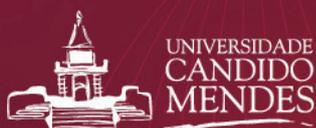
O Gráfico 3 apresenta um comparativo do número de denúncias registradas ao longo dos anos de 2005 a 2018:

Gráfico 3 – Número de denúncias de estupro por ano – estado do Rio de Janeiro



Fonte: Dossiê Mulher - Instituto de Segurança Pública - Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2006 a 2019. Organizado pelos autores.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Abaixo estão listadas as modificações ocorridas na descrição e no agrupamento do crime de estupro no decorrer dos anos:

2009 - Nova redação dada ao artigo 213 do Código Penal: atentado violento ao pudor enquadrado como crime de estupro

2010 - Lei nº.12.015/09, de 7 de agosto de 2009 - inclusão de homens como vítimas

2012 - Artigo 217-A do Código Penal – inclusão de estupro de vulnerável

2014 - Edição do Dossiê Mulher 2015 – agrupamento de estupro e tentativa de estupro como crime de violência sexual

2016 - Edição do Dossiê Mulher 2017 - inclusão de assédio sexual e importunação ofensiva ao pudor como crime de violência sexual

2017- Artigo 233 do Código Penal Brasileiro - inclusão de ato obsceno como crime de violência sexual

Considerações finais

O problema da violência contra a mulher, no Brasil e no mundo, vem ocorrendo, ao longo do tempo, em dimensões preocupantes – por certo, esse problema não é recente; ele se associa ao modelo de reprodução social fundado na desigualdade de gênero e no modelo patriarcal de sociedade. No entanto, os fatores contemporâneos se somam aos já enraizados.

O número de casos de estupro registrados no estado do Rio de Janeiro, ao longo dos 13 anos de atuação da Lei Maria da Penha, apresenta-se, de certa forma, regular, porém não pode ser o único fator a ser considerado para a análise da eficácia da Lei. Os instrumentos de proteção às vítimas e a punição dos infratores também devem ser levados em conta, assim

como as campanhas de conscientização.

Logo, é preciso estar atento ao fato de que o aumento das políticas e das campanhas de conscientização, além do alargamento dos parâmetros de classificação dos crimes, incentivam as denúncias, aumentando o número de casos registrados, a ponto de mascarar possíveis reduções reais no número de casos.

Essas mudanças no comportamento estão, de certa forma, associadas à segurança que as Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher, os Núcleos de Atendimento à Mulher e a Lei Maria da Penha vêm proporcionando às vítimas, que se sentem amparadas para fazer a denúncia quando acometidas por esse tipo de violência. Dependendo do caso, já lhes é concedida medida protetiva imediata.

Com isso, podemos concluir que há muito por se fazer, uma vez que as instituições criadas pelas políticas públicas para atender as vítimas no estado do Rio de Janeiro ainda não são suficientes para atender todos, por estarem mais concentradas nas capitais e nos grandes centros. Isso acaba por dificultar o atendimento às vítimas, que, em grande parte, pertencem às classes sociais mais baixas, tendo dificuldade de acessar as políticas públicas.

É impreterível que se busque tratar o problema nas suas múltiplas dimensões para que as políticas e as campanhas possam ser claras e efetivas. A (auto) conscientização é muito importante para que paradigmas sejam quebrados e, cada vez mais, direitos sejam conquistados. Com isso, torna-se indispensável que os movimentos e as lutas pelos direitos das mulheres e pelo combate à desigualdade de gênero, assim como a sociedade como um todo, tenham acesso ao conhecimento e às informações claras, para que os dados estatísticos possam ser interpretados de maneira adequada, gerando resultados positivos e efetivos no combate à violência contra a mulher.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Referências

- BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008. Acesso em: 05 mar. 2020.
- BELÉM DO PARÁ. Organização dos Estados Americanos, **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** ("Convenção de Belém do Pará"). 1994. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_belem_do_para.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm. Acesso em: 06 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-022/2019/Decreto/D10112.htm#art2. Acesso em: 07 de mar. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm. Acesso em: 06 set. 2019.
- BRASIL. **Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASIL. **Lei 13.827, de 13 de maio de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRASÍLIA, DF. Secretaria de Políticas para Mulheres/Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 06 set. 2019.
- BRASÍLIA, DF. Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca. **Bibliografia sobre combate à violência contra a mulher**. 2008. 116p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531486/000833298.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 set. 2019.
- BREDER, Robert Saner Lucas. **A importância da Delegacia das Mulheres no combate a violência doméstica**. 2018. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10761/A-importancia-da-Delegacia-das-Mulheres-no-combate-a-violencia-domestica>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- CHAUI, Marilena. Ética e Violência no Brasil. **Bio&Thikos**, São Paulo, v. 5, n. 4, 2011.
- Dossiê Femicídio. O que é feminicídio?** Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/o-que-e-femicidio/>. Acesso em: 05 set. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARAES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=pt&nrn=iso>. Acesso em: 08 set. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>.
- Instituto de Segurança Pública. **Dossiê Mulher 2006 a 2019 – (ano base 2005 a 2018)**. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=48>. Acesso em: 05 set. 2019.
- Instituto de Segurança Pública. **Dados visualização - Principais Delitos - Relatório por área**. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/RelPorArea.html>. Acesso em: 06 set. 2019.
- ONU - Organização das Nações Unidas Brasil. **CEPAL: 2,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e Caribe em 2017**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-27-mil-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2017/>. Acesso em: 09 mar. 2020.
- POLÍCIA CIVIL. **CGDEAM - Coordenadoria Geral das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Disponível em: <http://www.policia-civil.rj.net.br/dpam.php>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- PRADO, Débora. **Culpabilização de vítima de feminicídio no Tribunal do Júri fere ética profissional e direitos humanos, afirma juíza**. 2016. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/culpabilizacao-de-vitima-de-femicidio-no-tribunal-do-juri-fere-etica-profissional-e-direitos-humanos-afirma-juiza/>. Acesso em: 09 mar. 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SOUZA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, jan.-abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>. Acesso em 05 mar de 2020.

PROGRAMAS SOCIAIS VISTOS COMO UM AUXÍLIO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM PROGNÓSTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PASSE LIVRE UNIVERSITÁRIO NO MUNICÍPIO DE ITAOCARA (RJ)

SOCIAL PROGRAMS REGARDED AS SUPPORT TO PROMOTE LOCAL DEVELOPMENT: A PROGNOSIS ON THE IMPLEMENTATION OF THE UNIVERSITY FREE PASS PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF ITAOCARA, RIO DE JANEIRO STATE, BRAZIL

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo verificar a possibilidade de o programa Passe Livre Universitário ser destinado não só para além de uma política de acesso ao ensino superior, mas também para uma política que possibilita o estímulo sobre o desenvolvimento local no município de Itaocara (RJ). Para este estudo, utiliza-se como crítica o Modelo da Tríplice Hélice, o qual defende o conhecimento como transformador e provedor de desenvolvimento regional/ local. Neste estudo, o governo foi identificado como um elo necessário entre a tríplice governo-universidade-empresa para impulsionar mudanças locais em cidades pequenas. Foi, então, realizado um breve estudo de caso no município de Itaocara, situado na Mesorregião Noroeste Fluminense, apontando a percepção dos entrevistados – atores envolvidos na execução do programa – sobre suas intervenções realizadas através da implementação de programas sociais – especificadamente o programa Passe Livre Universitário – e seus possíveis efeitos sobre a população.

Palavras-Chave: Passe Livre Universitário. Transporte Universitário. Desenvolvimento Local. Políticas Sociais. Tríplice Hélice.

Abstract: This work aims at verifying the possibility of the University Free Pass program being destined not only for a policy of access to higher education, but also for a policy that stimulates local development in the municipality of Itaocara, Rio de Janeiro State, Brazil. This study is based on the Triple Helix Model, which supports the idea of knowledge as a transforming factor and provider of regional/ local development. Within this study, the government was identified as a needed connection between the threefold government-university-company to foster local change in small towns. A brief case study was then conducted in the municipality of Itaocara, located in the Northwestern region of Rio de Janeiro State, Brazil, showing the perception of the interviewees – actors who played a role in the implementation of the program – about their interventions by implementing social programs – specifically the University Free Pass program – and their possible effects on the population

Keywords: University Free Pass. University Transportation. Local Development. Social Policies. Triple Helix.

Laira Thamys de Araujo Silva

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. lairathamys@hotmail.com

Joseane de Souza

Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Gestão e Políticas Públicas - LGPP. joseanedesouza.souza@gmail.com

Edson Terra Azevedo Filho

Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF do Laboratório de Engenharia de Produção - LEPROD. edsonterrafilho@gmail.com

Introdução

O desenvolvimento social é um assunto bastante explorado para trabalhar aspectos regionais, em determinado tempo e espaço. Existem algumas variações nas abordagens, de acordo com os autores trabalhados, na teoria desenvolvida por Etzkowitz, conhecida como modelo Tríplice Hélice, as interações promovidas através do elo indústria-universidade-governo “são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento” (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017, p. 24). A interação entre estas três instituições é fator determinante para gerar desenvolvimento e inovação em uma sociedade/localidade. Em linhas gerais, pelo menos uma dessas organizações deve tomar ações que, segundo os autores, impulsionem as ações dos demais atores, ou seja, das demais “hélices”, para gerar ou alterar resultados necessários.

Se considerarmos uma nação desenvolvida, onde os três elos funcionam de forma integrada e constante, é relativamente fácil imaginar e acreditar nos resultados positivos da interação entre a indústria, as universidades e o governo para a sociedade como um todo. Porém, em países em desenvolvimento, nem sempre essa teoria consegue ser visualizada com a mesma dimensão, por conta das falhas existentes em algumas dessas organizações. Se trouxermos para o campo empírico, é mais fácil enxergarmos tal realidade nos municípios com baixo poder econômico, afastados das grandes metrópoles, onde normalmente há poucas indústrias – às vezes nenhuma – e também poucos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Segundo um estudo realizado por Santos (2004, p. 9) sobre o estado do Rio de Janeiro, “as cidades com os maiores índices de pobreza se encontram, principalmente, nas Regiões Norte e Noroeste do estado, caracterizando um inibido desenvolvimento em relação aos outros municípios.”

É necessário considerar o fato de que os municípios do estado do Rio de Janeiro possuem disparidades relativamente grandes entre eles no quesito concentração de renda. Uma região rica não necessariamente é uma região desenvolvida se grande parcela da população não tem acesso aos bens e serviços. Portanto, para que essas disparidades sociais sejam solucionadas, é necessário que autoridades locais tomem providências. De acordo com a teoria da Tríplice Hélice, o papel do governo

[...] deve ser moderador, não controlador. Seu objetivo é garantir que a Hélice Tríplice funcione bem, incluindo as hélices duplas governo-universidade, universidade-indústria e indústria-governo, assim como as três hélices simples. O governo pode ser o melhor candidato para criar um “espaço de consenso” reunindo os protagonistas relevantes para conceber e implementar projetos de inovação. (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 33).

Nesse sentido, o Estado possui posição e ferramentas importantes para a manutenção do equilíbrio entre os três elos, além do importante papel político que possui de manter a harmonia entre os vários atores sociais, para possibilitar a transformação local através do desenvolvimento, de forma integrada e eficaz. Nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense, os governos municipais têm desenvolvido, ao longo das últimas décadas, algumas ações de políticas públicas para promover mudanças sociais. No setor da educação, por exemplo, podemos mencionar os programas que têm possibilitado o acesso dos estudantes às instituições de ensino superior em municípios próximos, através da concessão de transportes públicos.

Neste estudo, apresentaremos o caso do município de Itaocara, situado no Noroeste Fluminense. Analisaremos a implementação do programa Passe Livre Universitário como ação estatal transformadora, no que se refere ao acesso ao ensino superior e incentivo à formação profissional, sanando a falta da oferta de ensino superior público no município. Buscaremos apresentar, no decorrer do trabalho, quais são as perspectivas, na visão da prefeitura do município, sobre os resultados e os efeitos gerados ao município e à população local.

Portanto, este trabalho possui como objetivo geral investigar o programa Passe Livre Universitário não apenas como uma política de acesso ao ensino superior, mas também como uma política que possibilite caminhos para o desenvolvimento local no município de Itaocara (RJ). Nesse sentido, o artigo está organizado em quatro seções, além desta primeira, que é introdutória. Na segunda seção, apresentaremos uma breve revisão bibliográfica sobre a importância da política social para a sociedade e alguns desdobramentos relevantes. Como se trata de um estudo de caso, na terceira seção, discorreremos brevemente sobre o município de Itaocara (RJ) para apresentar algumas de suas características socioeconômicas. Na quarta seção, analisaremos o programa Passe Livre Universitário, identificando como essa política tem sido aplicada no município; quais foram os critérios utilizados pelo poder público para sua elaboração; o processo de implementação; os critérios de elegibilidade; e se há perspectivas do município ofertante quanto a efeitos locais (econômico, social, educacional) ao implementar o programa. Na quinta e última seção, apresentaremos as principais conclusões da pesquisa.

Política social como ação transformadora nos municípios pequenos

Em um país tão diverso como o Brasil, considerando sua extensão territorial, sua história, sua cultura, é inevitável não considerar também a sua disparidade social. A desigualdade social no Brasil é um problema que tem sido confrontado por anos, refletindo em como o País tem se desenvolvido e crescido economicamente. Algumas políticas têm sido implementadas através de governos locais com o intuito de minimizar diferenças sociais encontradas em determinada sociedade. Segundo Jaccoud (2009, p. 70), "uma política de combate à pobreza e à desigualdade implica o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento com equidade [...]”, criando, portanto, oportunidades semelhantes aos cidadãos e o fortalecimento de uma sociedade. A partir desse 'nivelamento' social, seria possível apostar em um novo processo de desenvolvimento que fosse "capaz de promover o crescimento econômico, mediante elevação da produtividade econômica da força de trabalho historicamente excluída de mercados estruturados e de políticas públicas mais inclusivas." (JACCOUD, 2009, p. 71). Outros autores, como Draibe e Riesco (2011, p. 224), também defendem a aplicação de políticas sociais como agentes de mudanças sociais e regionais, afirmando a "capacidade dos sistemas de política social em promover e facilitar o crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social". É importante ressaltar que existe uma diferença a ser considerada entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, visto que a elevação do produto e o aumento da produtividade dos fatores de produção não, necessariamente, fazem com que haja melhora na qualidade de vida da população residente. Pelo contrário, o crescimento econômico concentrado nas mãos de determinado grupo eleva a desigualdade social. "A distribuição dos frutos do progresso técnico é tão importante quanto o aumento da riqueza. A distribuição mais equitativa da riqueza revela que o desenvolvimento é um estágio superior ao simples crescimento econômico" (OLIVEIRA; QUINTAIROS, 2011, p. 263 apud ALMEIDA, SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 335).

No entanto, nem todas as políticas sociais atuam diretamente na eliminação da pobreza, mas proporcionam outros tipos de igualdade social, como

é o caso das políticas de acesso à educação. No artigo 211 da Constituição Federal de 1988, encontram-se as competências destinadas a cada ente federado e as suas responsabilidades sobre os níveis de escolaridade, conforme apresentado:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (BRASIL, 1990)

Embora, em relação à educação, ocorra a distribuição dos deveres do Estado entre os entes federados, é preciso atentar para o fato de que as oportunidades de acesso ao ensino não são, por diversos fatores, igualmente ofertadas à população. Dentre os fatores que limitam as oportunidades do acesso, destacam-se: a necessidade econômica, que leva muitos indivíduos a optarem pelo trabalho e a abandonarem os estudos; a distância territorial entre o local de residência e o local de estudo, o que implica gastos com passagem, alimentação e, em alguns casos, hospedagem; e outras questões que envolvem a permanência e a conclusão do estudo.

Quando a educação não está ao alcance de determinada população, é necessária, então, a implementação de políticas públicas que a direcionem a esse acesso. Essa situação - de pouca oportunidade de acesso ao ensino - tem se destacado atualmente, principalmente no que se refere ao acesso ao ensino superior. Alguns municípios, principalmente os localizados longe das metrópoles ou dos polos regionais, embora possuam demanda por educação superior, muitas vezes não contam com Instituição Superior de Ensino (IES) em seus territórios. Este é o caso de alguns municípios do Norte e Noroeste Fluminense, dentre os quais destacamos o município de Itaocara. Para suprir essa necessidade, em Itaocara, o poder público implementou, como se verá, o programa de transporte público universitário.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

A ausência de oportunidades de estudo e de trabalho nas cidades pequenas tende a causar a expulsão dessa população para cidades que ofereçam melhor expectativa de vida e inserção no mercado de trabalho. Quanto a esse fator, Procópio, Bastos e Fregiglia (2014, p. 610) afirmam que “a migração ocorre geralmente de regiões com menores salários e menores ofertas de emprego para regiões com melhores oportunidades no mercado de trabalho”, provocando, portanto, um deslocamento populacional de pessoas que não encontram em seus municípios a perspectiva de vida que gostariam de vivenciar. Os mesmos autores complementam o raciocínio ao dizer que “regiões com mais alto nível de desenvolvimento e maiores rendas per capita atraem trabalhadores que buscam melhores oportunidades de emprego e renda” (PROCÓPIO; BASTOS; FREGIGLIA, 2014, p. 610).

Segundo Kliksberg (1997, p. 169), “um requisito essencial para a efetividade de um programa social é o de que haja possibilidade real de acesso a seus benefícios potenciais”.

Por isso, espera-se que, além de eficiente, um programa social deva ser eficaz. Se o programa Passe Livre Universitário, em Itaocara, funcionar com o propósito de ofertar serviços de transporte público universitário para a população, além de atender à demanda local, assegurará, paralelamente, que os cidadãos permaneçam como moradores e eleitores do município, aprimorando, portanto, o nível de escolaridade da população.

M E S T R A D O

PESQUISA OPERACIONAL E
INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL
**LINHA DE PESQUISA
EM SAÚDE**



Breve caracterização socioeconômica do município de Itaocara (RJ)

O município de Itaocara está localizado no estado do Rio de Janeiro, na Mesorregião Noroeste Fluminense. De acordo com o Censo 2010, o município possui uma população de 22.899 habitantes. Atualmente, sua população encontra-se em torno de 23.234 habitantes (IBGE, 2010). Sua extensão territorial é de 433.397 km², e sua densidade demográfica é algo em torno de 53,09 habitantes/km². Segundo o IBGE Cidades, o salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017] é de 1,8 salários mínimos, sendo esses trabalhadores apenas 19,4% da população.

No que diz respeito às IES no município, é possível encontrar apenas uma unidade que oferta esse tipo de ensino (até o ano de 2018) por meio do polo Cederj, pela modalidade de Ensino a Distância (EAD), a qual oferece, atualmente, os seguintes cursos: Administração Pública (UFF); Licenciatura em Ciências Biológicas (UENF); Licenciatura em Matemática (UFF); Licenciatura em Pedagogia (UNIRIO); e Computação (UFF). A limitação dessa oferta no município tem feito com que parte da população que deseja cursar graduação, mestrado e doutorado procure instituições localizadas em outros municípios, colocando-se na posição de tomar a decisão de ir para outras cidades. Sabemos, porém, que tal propósito depende também de outros fatores, como custo de passagem, alimentação e, por vezes, hospedagem. Essas limitações financeiras, que tem dificultado o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, fizeram surgir uma demanda social, que tem sido atendida por alguns governos locais por meio de programas sociais, os quais oferecem auxílio ou

transporte público universitário, o que possibilita, portanto, uma transformação social e econômica para a população local mediante a implementação de políticas sociais. Essa tem sido a realidade encontrada em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, e muitos desses casos localizam-se nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense.

O programa Passe Livre Universitário: para além do serviço de transporte

Para entender como foi desenvolvida e pensada a política de passe livre universitário implementada em Itaocara, e quais os efeitos esperados para a sociedade – na percepção da Secretaria de Educação da prefeitura –, entrevistou-se um dos responsáveis pela execução do programa, o então supervisor de transportes, e foram incluídas algumas informações extras fornecidas pela secretária de Educação e outros colaboradores do setor. Para tal etapa, foi utilizado o método qualitativo, aplicando entrevistas semiestruturadas, com perguntas que nos possibilitaram compreender:

- A.** o contexto político em que o programa foi implementado (como e quando surgiu a proposta de implementar o programa Passe Livre Universitário no município?);
- B.** as características principais do programa (Como eram a proposta e os objetivos do poder público municipal com a implementação do programa? Quais os atores responsáveis pela sua implementação?); e
- C.** os beneficiários (Quais os critérios de elegibilidade que os demandantes deveriam atender para se tornarem beneficiários do programa?)

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Como se trata de uma pesquisa de caráter exploratório, incluíram-se no questionário alguns quesitos voltados para a obtenção de informações relativas à existência (ou não) de projetos complementares a este, uma vez que permitir o acesso à educação e, portanto, à formação profissional dos cidadãos implica, no futuro, uma demanda maior por empregos relativamente mais qualificados.

A proposta da implementação do programa no município surgiu logo após a posse do governo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mandato 2013-2016, com o objetivo de oferecer o benefício para estudantes que faziam cursos técnicos e superiores em outros municípios e residiam em Itaocara.

O programa é de responsabilidade da Secretaria de Educação em conjunto com a Secretaria de Transportes, sendo os envolvidos na sua implementação. O foco inicial era o de atender a população que estudava em Campos dos Goytacazes ou em Itaperuna, de forma a substituir o transporte fretado e, portanto, pago com recursos próprios dos usuários, pelo transporte público, reduzindo, dessa forma, os custos para as famílias dos beneficiários. Segundo o entrevistado, para a elaboração do programa, foi realizado um 'diagnóstico' a fim de identificar a demanda pelo transporte público para os referidos municípios. Convém ressaltar que, após a implementação, o transporte público passou a incluir novos municípios de destino - São Fidélis e Santo Antônio de Pádua -, uma vez que foram identificados como destino final por uma parcela da população que se deslocava por motivo de estudo. Para Santo Antônio

de Pádua, o transporte é feito com veículo próprio da prefeitura; para os demais, são utilizados transportes terceirizados, selecionados via processo licitatório. No início de 2018, foi realizada nova licitação para os transportes terceirizados, com prazo de um ano de vigência, com a promessa de que o programa continuasse funcionando até o final do mandato do governo atual (até 2020) - visto fazer parte do programa desse governo -, podendo a atual licitação ser prorrogada ou realizada outra.

Em relação aos critérios de elegibilidade, não existe discriminação de quem possa usar o programa: toda pessoa que está prestando curso técnico ou universitário fora do município tem direito a utilizar o ônibus, inclusive estudantes de pré-vestibular. Os critérios para o cadastro são, basicamente, ser morador de Itaocara (comprovando residência) e possuir título de eleitor no município. O fato de não incluírem a comprovação de renda como critério de elegibilidade para possuir tal benefício leva a entender que (até o momento) a política é ofertada de maneira universal a todos os cidadãos itaocarenses, descartando, portanto, classificações financeiras do beneficiário.

O cadastro é atualizado no início de cada ano letivo, ressaltando-se que a prefeitura possui um sistema com banco de dados computado, inclusive com informações pessoais dos usuários - nome do pai, da mãe, endereço, estado civil, entre outras. Foi somente a partir do atual governo que o arquivo dos usuários, antes em papel, foi transformado em arquivo digital. Segundo o entrevistado, "boa parte das informações dos antigos

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

usuários foi recuperada, mas algumas informações possivelmente foram perdidas na transição do governo”, uma vez que, no primeiro mandato, os cadastros eram realizados em papel impresso e, atualmente, vêm sendo realizados pelo sistema. Em decorrência disso, de acordo com o entrevistado, não há número exato de estudantes que foram beneficiados pelo programa desde sua criação até o presente momento, sendo possível apenas estimar esse quantitativo.

A princípio existia o transporte destinado aos estudantes que saíam do município no início da semana e voltavam no fim da semana, porém, com a troca de governo em 2017, essa modalidade foi cortada. Significa dizer que, atualmente, os transportes são limitados aos estudantes que vão e voltam no mesmo dia, ou seja, os que cursam o turno noturno, com foco, principalmente, nos estudantes que estudam à noite, mas trabalham durante o dia. Cabe informar que o transporte semanal era ofertado somente para o município de Campos dos Goytacazes, onde já existia demanda para essa modalidade, pois, no município, havia muitos estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), do Instituto Federal Fluminense Centro Campos e também do campus Guarus, onde muitos cursos são em período integral, necessitando, portanto, da presença diária e, conseqüentemente, semanal nos municípios onde cursavam.

Ao ser questionado, por exemplo, sobre os cursos que possuíam mais procura da população no município, foi respondido que esse tópico não era de interesse da prefeitura, embora fosse algo possível de ser analisado por meio do banco de dados, que contém as informações dos cursos matriculados e também da instituição a que pertence.

Posteriormente, foi questionado *se existem projetos sendo desenvolvidos com as demais secretarias para receber demandas desses futuros profissionais que receberão seus diplomas como fruto, também, do uso do programa*. Segundo o entrevistado, a prefeitura não demonstra preocupação se haverá mercado de trabalho para esses futuros profissionais no município, pois sabem que a “quantidade será/está sendo superior

à demanda”. O que vem acontecendo é que alguns continuam no município de Itaocara, enquanto outros acabam ficando onde estudaram ou em outros municípios que possibilitam mais oportunidades no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao posicionamento do setor privado do município de Itaocara no processo de mudança social, foi constatado que as empresas locais possuem interesse em buscar iniciativas de ofertas de emprego a partir do banco de dados, onde constam os cadastros dos usuários do programa – como um “balcão de emprego” –, para terem conhecimento sobre a oferta de profissionais do município. Também não houve essa iniciativa partindo do poder público. Algumas perspectivas mais ampliadas possibilitariam maior impacto do programa sobre outros aspectos na população. Isso faz crer que os setores econômicos, de maneira geral, têm trabalhado pouco – no sentido prático e teórico – para viabilizar um desenvolvimento local com base em modelos de desenvolvimento, como a Tríplice Hélice, mencionado no início deste trabalho.

Sobre estudos realizados para obterem conhecimento sobre o grau de escolaridade do município, renda, emprego, mercado de trabalho ou potencial econômico do município, antes da elaboração e implementação da política, foi observado que não foram feitos levantamentos de dados locais, ao menos não é sabido pelos atuais responsáveis pelo programa.

Os recursos aplicados ao programa são provenientes da arrecadação do município, sendo esses recursos – para transportes, destinados aos municípios de Itaperuna, Campos dos Goytacazes e São Fidélis – extraídos da própria Secretaria de Educação; os serviços oferecidos por terceirizados, derivados da concessão obtida pela licitação; e o transporte para o município de Santo Antônio de Pádua é concedido pela Secretaria de Transportes, veículo da própria prefeitura, embora sua supervisão também seja de responsabilidade da Secretaria de Educação. Nesse primeiro contato com os entrevistados, ainda não foi possível obter informações completas sobre os custos do programa para a prefeitura. A questão é que o Passe Livre onera o município, que não tem responsabilidade



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

direta com o ensino universitário; sua responsabilidade constitucional com a educação é com a pré-escola e o ensino fundamental I e II. Em tempos de escassez de recursos, programas não obrigatórios tornam-se fortes candidatos a serem reduzidos (redução do escopo/abrangência), correndo o risco, inclusive, de serem extintos. É importante citar que o entrevistado não menciona o risco de extinção do programa, mas faz alusão a uma possível redução do número de beneficiários. Dessa forma, o município só pode ofertar o Passe Livre para a população se as condições financeiras permitirem a execução de tal benefício.

Em relação à implementação e à manutenção do programa, para o entrevistado 2, o poder público e a população têm percepções diferenciadas sobre o programa. O programa é aparentemente entendido pela própria prefeitura como um 'favor' para a população, enquanto a população tem cobrado a manutenção do funcionamento como um direito social, independentemente dos interesses políticos do governo em vigor. Interessante observar ainda que os adversários políticos do atual governo consideram o programa uma medida eleitoreira – troca de voto, jogo político, manutenção do curral eleitoral. Percebe-se, então, que, para a oposição, a situação financeira do município seria, por si só, uma justificativa para que o atual governo municipal extinguisse o programa. No jogo político, o governante que herdar um programa dessa natureza em um momento de crise terá uma significativa perda de capital político caso promova sua extinção.

Durante a entrevista, foram feitas algumas especulações sobre possibilidades de modificações devido à intenção

do Ministério Público de, segundo os entrevistados, passar a responsabilidade do programa para a Assistência Social – tornando, assim, beneficiados apenas os estudantes de baixa renda – possivelmente utilizando informações contidas no Cadastro Único (plataforma unificada que serve como porta de entrada para vários Programas Sociais do Governo Federal) e também por meio do SISU/ENEM, o que implicaria no perfil dos usuários contemplados no todo. É evidente que a alteração do procedimento do programa, dentro dessa perspectiva, tornaria a política menos acessível a todos se comparado à maneira como é ofertada hoje. Porém, segundo o entrevistado, no momento, essas informações são apenas discussões, visto que o Ministério Público não formalizou tal transferência, sendo considerada apenas uma possibilidade. Na opinião do entrevistado, essa proposta pode ter surgido no intuito, inclusive, de padronizar a maneira como tem sido implementado esse tipo de política (de diferentes formas) nos municípios. Em relação a essa última discussão, foi mencionada a lei estadual que tem sido discutida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) – com a finalidade de contemplar o passe livre intermunicipal em nível estadual. Se aprovada, os recursos para cobrir as despesas com o transporte universitário seriam extraídos de verbas estaduais. Em termos políticos, isso seria um alívio não apenas para o atual governo, como para seu sucessor.

A última questão trabalhada na entrevista diz respeito ao acesso e ao conteúdo da lei vigente sobre o programa Passe Livre Universitário. As informações prestadas são de que é possível ter acesso às informações sobre

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

a Lei nº 932, de 26 de fevereiro de 2013 – concessões de transporte intermunicipal a estudantes de curso superior e de nível técnico –, na própria Secretaria Educação, porém os entrevistados não souberam responder se a população possui outra forma de acessar o conteúdo, visto que, ao menos no período da pesquisa, a lei não foi encontrada on-line.

Considerações finais

A implementação dessa política de acesso ao ensino superior tem sido uma prática observada em várias prefeituras localizadas no Norte e Noroeste Fluminense, visto que poucos desses municípios possuem instituições de ensino superior, possibilitando, portanto, que a população consiga esse acesso por meio dos transportes universitários. No município de Itaocara, objeto de estudo deste trabalho, o programa tem sido oferecido desde 2013, tendo sofrido algumas pequenas alterações na oferta e referentes a alguns trâmites burocráticos, porém, a maioria de suas características originais – como seus critérios de elegibilidade e fonte de financiamento – permanecem as mesmas.

A prioridade dos gestores e atores envolvidos nesse processo está em proporcionar a oferta dos transportes universitários sem a intenção de alinhar a outros propósitos locais, como o de conciliá-la ao desenvolvimento econômico regional – como proposto pelo método da Tríplice Hélice – permanecendo, portanto, com seus objetivos iniciais, embora também proporcione outros resultados locais (não pretendidos

intencionalmente). Em princípio, os gestores não possuem planos de estimar quantitativos sobre a demanda de procura de cursos, e também não é de interesse deles traçar o perfil dos futuros profissionais junto ao perfil econômico do município com intuito de inseri-los no mercado de trabalho local. Assim como também não tem sido interesse das empresas locais procurar por esses futuros profissionais da localidade. A ausência desse tipo de estratégia econômica dos setores público e privados dificulta relacionar modelos como a Tríplice Hélice como facilitador de desenvolvimento regional. Portanto, no momento, o governo local possui interesse apenas em cumprir seu papel de estado e suas responsabilidades constitucionais, provendo “benefícios” para a população, quando possível, sem assumir compromissos diretos com o desenvolvimento econômico e social.

Acredita-se também que os impactos gerados (sob os econômicos e sociais) são mais perceptíveis e eficazes sobre os indivíduos (e sua família) que fizeram ou ainda fazem uso do programa do que para a sociedade de forma generalizada, ao menos em um primeiro momento. Para que esse prognóstico seja confirmado e otimizado, a pesquisa prosseguirá e futuramente serão obtidos dados mais concretos e relevantes sobre o assunto.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Referências

- ALMEIDA, Márlon Luiz de; SILVA, José Luís Gomes da; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido. A inovação como fator de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 10, p. 314-350, set. 2014. Disponível em: <http://www.rbgr.net/revista/index.php/rbgr/article/view/1483/406>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CARVALHO, Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502015000200369&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 23 out. 2018.
- CEDERJ. Fundação CECIERJ. **Cursos x Polos 2018**. Disponível em: < <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/cursos-x-polos/> >. Acesso em: 20. nov. 2018.
- DRAIBE, Sônia. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 220-254, mai./ago. 2011, p. 220-254. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a09v13n27.pdf>. Acesso em 30 out. 2018.
- ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo-universidade-governo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023-&lng=en&nrmiso. Acesso em: 23 out. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2010. **IBGE Cidades, Itaocara** – RJ. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaocara/panorama>. Acesso em: 06 set. 2019.
- JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Ideias e experiências de capacitação gerencial**. O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997. p. 165-190.
- PROCÓPIO, Igor Vieira; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade Bastos; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. Efeitos da Mobilidade Intermunicipal sobre a desigualdade de renda no Brasil: uma análise contrafactual. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 609-634, dez. 2014.
- SANTOS, Vanessa Cristina dos; LEMOS José de Jesus Sousa. **Mapeamento da pobreza no Estado do Rio de Janeiro: um estudo através de análise multivariada**. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Cuiabá; 2004. Anais. Disponível em: <http://sober.org.br/palestra/12/110481.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA BAIXADA CAMPISTA/RJ

CHANGES IN THE WORLD OF WORK REGARDING THE SUGAR-ETHANOL SECTOR AT THE
BAIXADA CAMPISTA, RIO DE JANEIRO STATE, BRAZIL

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com antigos operários de uma usina sucroalcooleira da Baixada Campista/RJ, visando apreender as práticas e o imaginário sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os novos arranjos e a dinâmica das forças produtivas e da classe operária durante o auge e após o declínio da usina. O objetivo foi o de identificar e analisar, a partir da memória dos seus antigos operários, os tipos de trabalho desempenhados, as inovações adotadas no processo produtivo e as diferentes formas de sobrevivência encontradas a partir do declínio do setor sucroalcooleiro, dando oportunidade à afirmação desses sujeitos em espaços ainda marcados pela precarização do trabalho. Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Os resultados obtidos apontam a continuidade e o fortalecimento de diferentes formas da precarização do trabalho na Baixada Campista, destacando as histórias e memórias dos antigos operários sobre o mundo do trabalho vivenciado por eles no espaço da usina.

Palavras-Chave: Relações de Trabalho. Precarização do Trabalho. Indústria Sucroalcooleira.

Abstract: In this paper, we report on the results of a survey conducted with former workers of a sugar-ethanol plant at the Baixada Campista, Rio de Janeiro State, Brazil, with the aim of understanding the practices and imaginary regarding the changes that have taken place in the world of work, the new arrangements, and the dynamics of the productive forces and the working class throughout the peak and after the decline of the plant. The goal was to identify and analyze, from the memory of its former workers, the types of work executed, the innovations in the productive process, and the different forms of survival faced from the decline of the sugar-ethanol sector, giving opportunity to the strengthening of these individuals in places still characterized by the lack of job security. The methodological procedures followed were as follows: bibliographic review, semi-structured interviews, and route method. Results indicate the maintenance and strengthening of different kinds of precarious work in the Baixada Campista, stressing the stories and recollections of former workers about the world of work they experienced in the plant.

Keywords: Work relations. Precarious work. Sugar-Ethanol Industry

Simone da Silva Viana

Professora Mestre nas redes estadual e particular de ensino; pesquisadora nas áreas de História e Políticas Sociais; mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); especialista em História Moderna e Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG); graduada em História. E-mail sisviana16@gmail.com

Denise Cunha Tavares Terra

Professora Doutora; professora associada no Laboratório de Gestão e Políticas Públicas do Centro de Ciência do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2007); mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2001); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Candido Mendes-Campos (1981). E-mail deniseterra@gmail.com

Introdução

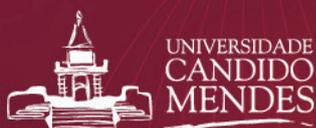
Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com antigos operários de uma usina sucroalcooleira da Baixada Campista/RJ, a Cia Agrícola Baixa Grande Usina Santo Amaro (1937-1995), visando apreender as práticas e o imaginário sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os novos arranjos e a dinâmica das forças produtivas e da classe operária durante o auge e após o declínio da Usina. O objetivo foi o de identificar e analisar, a partir da memória dos antigos operários da Usina, os tipos de trabalho desempenhados, as inovações adotadas no processo produtivo e as diferentes formas de sobrevivência empreendidas a partir do declínio do setor sucroalcooleiro na região, dando oportunidade a afirmação desses sujeitos sociais em espaços ainda marcados pela precarização do trabalho.

Para a realização da pesquisa, privilegiaram-se os métodos qualitativos, tais como entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Os métodos adotados permitiram trabalhar com as histórias e relações sociais construídas no espaço físico da Usina, retratando as percepções sobre as relações sociais e cotidianas que se construíram em seu interior a partir das interpretações diferenciadas da trajetória dos antigos operários, suas experiências profissionais, seu dia a dia, seu trajeto, suas vivências e memórias no “mundo” do trabalho da atividade sucroalcooleira.

Nessa perspectiva, a aplicação do método do itinerário, realizado individualmente com os antigos operários no espaço físico da Usina, em que o entrevistado foi o guia do percurso; permitiu compreender as diferentes maneiras de ver, sentir e agir no universo do trabalho construído nesse espaço, em uma sociedade fortemente marcada pela divisão do trabalho. Correlacionou-se este método com os relatos das entrevistas realizadas, com a pesquisa bibliográfica e com a análise da problemática, levando a um resgate da história do mundo do trabalho vivida pelos antigos operários e a ressignificações do trabalho na Região da Baixada Campista.

O artigo está estruturado em três seções além desta breve introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais no sistema capitalista; a segunda trata da dinâmica do setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense/RJ; e a terceira apresenta os resultados das pesquisas qualitativas realizadas: entrevistas semiestruturadas e o método do itinerário aplicados com os antigos operários da Usina Santo Amaro.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Breves reflexões sobre o mundo do trabalho e suas relações sociais

Pesquisar sobre o mundo do trabalho exige entender, em tempos históricos e espaços diversos, como o ser humano cria, recria e modifica, conscientemente ou não, sua história. O trabalho existe desde o momento em que os seres humanos começaram a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor. Gradativamente, certas formas de trabalho social, diferentes do trabalho material, foram surgindo e se solidificando.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, desde o seu período manufatureiro até a atual fase mundializada/globalizada, sofreu profundas transformações, principalmente em nível de divisão técnica do trabalho, da utilização sistemática da ciência e da tecnologia no aparelho de produção, na organização e no controle do trabalho e do trabalhador. A força expansiva do capital tende a homogeneizar a sociedade, tornando-a capitalista, uma relação social que se materializa em dinheiro, meios de produção, trabalho, mercado, lucro, exploração do trabalhador assalariado.

Ao longo da História, desde as mais antigas civilizações, sempre existiu a divisão entre aqueles que mandam (pensam, concebem e inventam) e aqueles que só obedecem e executam. O trabalho se tornava um meio de produzir riqueza em geral, dividindo a sociedade em três grandes classes da sociedade moderna: os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários.

Segundo Marx (1977, p.63), “a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda com a balança [...] o operário vende a si mesmo, pedaço a pedaço. [...]” Pode-se, de modo geral, dizer que os marxistas enfatizam o mercado de trabalho como um fenômeno histórico recente, e que a criação do mercado de trabalho dependeria do desenvolvimento tecnológico e da acumulação prévia de riqueza e de recursos produtivos, bem como da proletarianização de amplos grupos sociais, pois, na sociedade capitalista, o trabalho adquiriu uma concepção negativa, já que o trabalhador é expropriado

do fruto de seu trabalho. O trabalho tornava-se, para um número crescente de indivíduos, um meio de consumir, de satisfazer suas necessidades mais amplas, impedindo o trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de sua liberdade, e consolidando a alienação.

Sem dúvida, ao longo da história, o trabalho e as relações de trabalho consolidaram mudanças significativas decorrentes de transformações ocorridas na economia e no modo da produção, estabelecendo uma nova cultura de trabalho. Ou seja, a força do trabalho, enquanto se vende e se compra, é uma mercadoria como qualquer outra e tem por consequência um valor de troca. De acordo com a visão marxista, a respeito do trabalho exercido pelo trabalhador, a mais-valia é o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista.

Para uma melhor compreensão do conceito amplo de relações de trabalho, torna-se necessário abordar os principais modelos de produção fabril que se destacaram do final do século XIX e durante o século XX, e que ainda hoje têm suas bases enraizadas em vários setores da produção capitalista: como o Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. O Taylorismo, elaborado pelo norte-americano Frederick Taylor, no final do século XIX, estabeleceu um controle da produção e dos trabalhadores por meio de um cronômetro, para tornar o processo de produção mais simples e rápido, a partir de um grande volume de produção. O Fordismo é um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção. O Fordismo foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o mercado automobilístico e industrial da época.

Em ambos os modelos Taylorista e Fordista, o trabalhador era explorado produzindo os mesmos serviços, fazendo aumentar a riqueza dos donos das fábricas. A linha de montagem especializou os operários na realização de tarefas simples e repetitivas, não havendo necessidade de habilidades especiais na execução de seu trabalho; o trabalho continuava a ser tratado como uma mercadoria, com os atributos de alienação, monotonia e embrutecimento.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Ao longo dos anos 70, no século XX, ocorreu uma crise estrutural no sistema capitalista, que levou a uma crise do modelo de produção Fordista, ocasionando a queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho. As empresas investiram em inovação tecnológica e em novas técnicas gerenciais para diminuir os custos, provocando, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho e a retração do consumo e, juntamente a esse cenário, a crise do Estado de Bem-Estar Social, o desmonte do Estado, dos direitos do cidadão, do trabalhador.

O esgotamento desses modelos de produção, Taylorismo e Fordismo, levou a uma valorização da força de trabalho como saída para evitar a crise no setor de produção. Mas, ao mesmo tempo, não significou banir totalmente esses modelos de produção. Torna-se importante ressaltar que ainda há resquícios desses modelos no mundo do trabalho atual.

Estudos demonstram que ocorreu, no mundo do trabalho, um processo de reorganização, devido às implementações das políticas neoliberais no cenário econômico mundial, como: privatizações de empresas estatais; desregulamentação dos direitos do trabalhador; e reorganização do processo produtivo e do trabalho, já que os diversos componentes de um produto podem ser fabricados em diversos lugares, de acordo com as vantagens financeiras, legislativas e a estrutura do mercado de trabalho oferecida pelos países.

Vale destacar, nesse contexto neoliberal, a implementação do modelo de produção oriental, o Toyotismo, cujas principais características eram: a valorização do trabalho em equipe; a qualidade no e do trabalho; a multifuncionalidade; a flexibilização; e a qualificação do trabalhador. À vista disso, a exploração e a precarização do trabalho eram consolidadas, devido à busca pelos superlucros dos neoliberais e por um modelo que se caracterizava pela produção diversificada para atender ao mercado consumidor, estabelecendo daí subcontratações ou terceirização. Dessa maneira, pode-se caracterizar o modelo de produção toyotista como: busca por maior produtividade; aumento da demanda na produção e maior intensificação do trabalho; maior flexibilidade e autonomia dos trabalhadores; modelos de organização da produção baseados no CCQ¹, Just in Time² e Kanban³.

Sendo assim, a nova ordem mundial redefinia-se criando modalidades de organização do trabalho e da produção, uma nova divisão transnacional do trabalho, com as combinações do Fordismo, do Toyotismo e da terceirização. O trabalho tornou-se global e passou a ser influenciado por padrões e valores socioculturais e políticos

e pela flexibilização dos direitos dos trabalhadores, que ampliou a precarização do trabalho, o qual se dava em um cenário bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora, implicando uma acelerada redução do número de empregos no núcleo moderno e formal da economia. Em face dos altos índices de desemprego, a economia informal ou o subemprego estão cada vez mais frequentes no cenário do mundo do trabalho em nosso País, acarretando graves problemas de ordem social, intensificando ainda mais questões como marginalização, violência, exclusão, miserabilidade.

No ano de 2017, no Brasil, ampliou-se a terceirização com a aprovação da Lei 13.429/17, a qual alterou a Lei 6.019/74; ambas referem-se à legalização do trabalho terceirizado. A Lei 13.429/17, aprovada durante o mandato do presidente Michel Temer, favoreceu: a contratação e subcontratação de trabalhadores em todos os setores da economia; o barateamento da mão de obra; a precarização do trabalho; e a ampliação dos lucros das empresas. Implementações que geraram retrocesso nas conquistas dos trabalhadores, fortalecendo a desregulamentação dos seus direitos no País.

Sem dúvida, o ano de 2019 revelou, para o Brasil, que o crescimento econômico é uma das condições necessárias, com possibilidades de resolução de problemas que se arrastam na história do País, como o do mundo do trabalho, tanto no espaço urbano quanto no rural. Para tal enfrentamento, faz-se necessário o conhecimento da nossa realidade, além de inúmeras implementações em todas as estruturas da sociedade, como: saúde; educação; habitação; políticas sociais e públicas; etc., assim como o investimento em novas perspectivas de retomada dos direitos sociais e trabalhistas.

O mundo do trabalho no setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense

Analisar historicamente as transformações econômicas ocorridas na Região Norte Fluminense, no setor econômico sucroalcooleiro, ressaltando os períodos da ascensão e declínio do mesmo, no contexto dos séculos XX e XXI, é um passo importante na compreensão das novas atividades econômicas, as quais influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária emergidas nesse espaço.

A partir das primeiras décadas do século XX, o crescimento do setor açucareiro era visível, quando a maioria dos engenhos foi transformada em grandes usinas, que restabeleceram e consolidaram a estrutura latifundiária e instalaram, com a concentração da propriedade rural, o regime de grande exploração agrícola e industrial. Até hoje, é possível visualizar as marcas e os vestígios de um passado vinculado à atividade sucroalcooleira na Baixada Campista, mesmo que seja pela paisagem das ruínas das grandes usinas do passado. É importante ressaltar que a cidade de Campos dos Goytacazes, foi pioneira em possuir usinas de açúcar de forma particular, sem a concessão de benefícios oferecida pelo governo na política de engenhos centrais.

A economia açucareira, no início do século XX, era direcionada ao mercado interno. A maior procura pelo produto se deu não apenas pelo aumento populacional nessa época, como também pelo aumento do poder aquisitivo da população urbana. Dessa acumulação e centralização da produção e do capital, resultou o aumento do número de trabalhadores dependentes da produção sucroalcooleira, sejam eles operários, sejam lavradores, sejam fornecedores de cana. Essas mudanças exigiram o trabalho mecanizado, a cultura intensiva, a irrigação em alta escala, a estrada de ferro, o caminhão e o trator; recursos tecnológicos importantes para o desenvolvimento da produção sucroalcooleira, porém inacessíveis ao lavrador, pois eram bens pertencentes aos donos do capital.

O governo de Vargas, em 1930, protegeu a exportação agrícola e a grande propriedade rural. Em contrapartida, os trabalhadores rurais continuaram sem meios para se tornarem proprietários de terras; a maioria vivia em péssimas condições de vida, baixa remuneração, falta de assistência médica e proteção trabalhista. Dessa maneira, em dezembro de 1931, o governo brasileiro criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, integrada por representantes do Governo Federal e dos estados produtores, com a intenção de acompanhar a sua evolução e preservar o equilíbrio interno entre produção e consumo através da exportação.

Em 1932, o governo decretava o limite da produção açucareira oficialmente e incrementava o fabrico do álcool motor, objetivando reduzir a oferta de açúcar e favorecer o aproveitamento da matéria-prima disponível no setor para a fabricação do álcool. Nesse contexto, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em junho de 1933, com o objetivo de controlar a produção para evitar maiores prejuízos e incentivar a produção do álcool, iniciando uma intensa intervenção do Estado na economia açucareira. A respeito da função do IAA, cabe salientar que ele autorizava a moagem nas usinas fluminenses, e todos os excessos da cana deveriam ser entregues a esse órgão para que fosse transformada em álcool anidro. Com a inspeção do IAA, era oportunizado, às usinas do estado do Rio de Janeiro, transformar os excessos de cana recebidos pelos seus fornecedores em açúcar demerara, porém o mesmo deveria ser entregue ao órgão.

Tendo em vista todo esse processo intervencionista, conhecido como defesa da economia açucareira ou canavieira, era perceptível a limitação do volume produzido em cada safra para manter o equilíbrio entre a produção e o consumo do açúcar, de modo a manter o saneamento e a estabilidade do mercado.

Em novembro de 1941, neste contexto de implementação de políticas econômicas para o setor industrial sucroalcooleiro, era notável a precarização do trabalhador deste setor, emergindo daí a necessidade de um sindicato que defendesse os interesses e garantisse os direitos dos trabalhadores rurais no País. No entanto, é importante ressaltar, que, nessa época,



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

muitos sindicatos eram cooptados e controlados pela política intervencionista varguista, muitas vezes colocando-se ao lado do patronato.

Como era evidente na Região Norte Fluminense, no momento de inúmeras greves por aumento de salário por parte dos trabalhadores nas usinas da Baixada Campista, a política governamental defendia os usineiros alegando que não tinham condições financeiras para atender à reivindicação de reajuste salarial, devido à crise econômica da agroindústria do açúcar. Dessa maneira, para amenizar os confrontos entre os trabalhadores das usinas e os usineiros por melhorias na política trabalhista, o IAA, entre tantas medidas de assistência social, estabelecia o direito à moradia, assistência médica, dentária e hospitalar gratuita, ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores em idade escolar.

Era preciso acelerar o processo de desenvolvimento nacional frente aos competidores no mercado internacional, facilitando a política de exportação através da implementação de inovações tecnológicas na produção sucroalcooleira do País. Dessa forma, Cruz ressaltou que:

Os investimentos ocorridos no período, principalmente na expansão da capacidade industrial das usinas, foram comandados pelas elites agropecuárias e agroindustriais, lideradas por uma parcela da elite açucareira. Essas lideranças implementaram uma estratégia de ação regionalista, pela qual lograram monopolizar a definição e a representação dos seus interesses. Tal estratégia envolvia alianças com setores da imprensa, técnicos e políticos locais, por um lado, e aliança com a burocracia, os técnicos e os políticos das instâncias supra escalares de poder. (CRUZ, 2003, p.74).

No período de ditadura militar (1964-1985), o Ministério do Trabalho foi preponderante na defesa dos interesses capitalistas, reprimindo a classe trabalhadora e aumentando o controle sobre os sindicatos, legalizando decretos de proibição às greves, controlando políticas e órgãos trabalhistas, como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com Singer (1976, p. 57-58), em síntese, “o arrocho’ na economia brasileira, no ano de 1965, não se fez sentir, igualitária e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados, cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto”. É importante considerar ainda

que o Brasil obtinha muitas vantagens na produção sucroalcooleira, como: grandes áreas inexploradas; solos férteis; clima favorável à lavoura canavieira; longas vias fluviais; política organizada pelo IAA; rede de comunicação e de transporte em desenvolvimento; mão de obra abundante, tanto para o trabalho na lavoura como para as usinas sucroalcooleiras, fábricas de tratores e implementos agrícolas em expansão.

Na Baixada Campista, área rural pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, as usinas sucroalcooleiras, além de produzirem o açúcar e o álcool, ainda produziam para o mercado produtos, como: o bagaço; a pasta de filtragem (a borra); o melaço; plásticos; cama para animais; chapas de fibras; aguardente; papel, etc. Cabe, no entanto, salientar que, nos anos de 1970, os recursos do governo federal eram muito significativos nas regiões sucroalcooleiras. Em 1972, a Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-Açúcar (COOPERCREDI) foi formada, objetivando a expansão da lavoura, a modernização das plantas industriais e a pesquisa.

Em 1973, o governo, juntamente com o IAA, elaborou o Fundo para o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (FUNPROÇUCAR), que financiou a modernização das indústrias, e a maioria das usinas foi totalmente remodelada em todo o País. Outra ação implementada pelo governo federal e que ajudou o País a enfrentar a crises do Petróleo, em 1973, foi o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado no final dos anos de 1970 e considerado o maior programa de energia renovável já estabelecido em termos mundiais. Além disso, foram elaborados programas e incentivos governamentais, que oportunizaram avanços tecnológicos no setor sucroalcooleiro e transformações no mundo do trabalho das usinas. O trabalho tornava-se mais dinâmico e técnico, provocando outras preocupações para a sociedade, como o aumento da reserva de mão de obra desqualificada.

É importante ressaltar o avanço do País na fabricação do álcool em um contexto de crise do petróleo, permitindo ao mercado interno e até mesmo ao internacional outra fonte de combustível automobilístico. É inegável que as usinas sucroalcooleiras do País se beneficiaram, por terem o álcool produzido diretamente a partir da fermentação do caldo de cana ou pela diluição de mel resultantes da produção de açúcar, proporcionando, assim, uma maior eficiência da atividade e a simplificação da produção de um açúcar de melhor qualidade e com possibilidade de garantir uma melhor rentabilidade.

Já no final dos anos de 1970, a indústria açucareira demonstrava sinais de instabilidade econômica, devido a vários acontecimentos, como; a venda de cotas e fusão de usinas sucroalcooleiras em todo o País; à baixa dos preços no mercado internacional e também, nesse período, o preço do barril do petróleo muito caro. Relacionada a essa situação, o governo estabelecia uma política de contenção salarial, aceleração inflacionária que provocou queda na capacidade de consumo da sociedade, e atingiu a classe média, principalmente. Tal situação afetou a atividade sucroalcooleira da Região Norte Fluminense, pois, sem créditos e sem programas de viabilização de incentivos financeiros, os usineiros não conseguiram manter a capacidade de produção do açúcar e do álcool e a rentabilidade no setor, o que acabou gerando uma instabilidade econômica na região.

Na década de 1980, a crise na economia açucareira foi significativa. Apesar de na segunda metade da década de 1970 ter ocorrido o auge da produção açucareira, as dívidas contraídas para financiar essa grande produtividade, as baixas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro e a dependência em relação ao governo federal, o qual não liberava recursos como antes, determinaram a falência de muitas usinas, como aconteceu com a Cia. Agrícola Baixada Grande – Usina Santo Amaro, em 1996.

Uma grave crise econômica de caráter estrutural, que resultou em estagnação com inflação alta, além da evolução da pobreza em todo o País, impactou

fortemente a dinâmica do mercado de trabalho a partir dos anos 1980. Com o esgotamento de um modelo de Estado interventor, reduzindo sua proteção ao capital industrial, tem-se, no País, a abertura para a economia mundial, a partir das práticas neoliberais do governo. O desemprego transformou-se em uma nova realidade, um período de estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social. A monitoração do Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciou-se no ano de 1983, no sistema econômico do País, que acabou por acentuar a tendência recessiva da economia brasileira em virtude, principalmente, da contenção salarial e da redução de investimentos à atividade industrial.

Observa-se, que, nesse período, houve um decréscimo na produtividade e rentabilidade industrial no setor sucroalcooleiro e em especial na Região Norte Fluminense. Como consequência, ocorreu a estagnação econômica das usinas de açúcar e o avanço de outras atividades econômicas como a fruticultura, a indústria da cerâmica vermelha e a indústria petrolífera, com o início da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos. Surge, nesse cenário, um aumento da economia informal, um redesenho das políticas públicas e transformações na economia tradicional agrária e, conseqüentemente, uma nova dinâmica econômica e impactos no emprego.

A indústria ceramista surge na região como alternativa para absorver os antigos operários da indústria sucroalcooleira. Trata-se de uma indústria que se caracteriza pela utilização de processos produtivos

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

artesanais que reproduzem práticas utilizadas desde o século XIX, como a utilização do forno a lenha, sendo que, atualmente, uma pequena parcela de cerâmicas de tijolos desenvolveu técnicas mais inovadoras com a implementação do gás natural no seu processo produtivo. Nesse período, o País vivenciou inúmeras greves, de diversos setores da sociedade. No mundo rural, houve o aumento da organização e a resistência dos trabalhadores agrícolas, como os boias-frias.

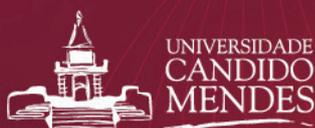
Em 1990, foi extinto o IAA no governo Collor, dessa forma os empresários tinham livre acesso de comercialização, pois já não havia um órgão para regular o setor. Como a agroindústria açucareira era a base da economia da região, o seu colapso econômico atingiu muitos setores da sociedade, ou seja, o Norte Fluminense não tinha uma economia diversificada e o impacto da crise que o setor sucroalcooleiro sofreu fez com que toda a região ficasse estagnada economicamente, uma profunda crise das relações de produção. Como consequência, houve trabalhadores sem profissões definidas, sem qualificação, cumprindo qualquer tipo de atividades como alternativas de obter renda, tendo um mínimo de garantia para a sua sobrevivência. Intensificavam-se as privatizações e surgia uma nova divisão do trabalho que se consolidava com a desregulação das relações de trabalho no Brasil, as quais permitiram ampliar a jornada de trabalho pela terceirização, subcontratação e pelo trabalho informal. A fragmentação do trabalho, a contratação eventual, a precarização e deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior insegurança na renda dos trabalhadores, ampliando a desigualdade e a pobreza.

Assim, entendemos que, no século XX, a Região Norte Fluminense destacava-se pela economia e pelo poder em torno da cana-de-açúcar; já, no século XXI, enfatizam-se os recursos petrolíferos e a sua rentabilidade para o desenvolvimento da região. É importante considerar que a maioria das usinas da Baixada Campista decretaram falência, e, em decorrência dessa situação, a maioria de seus antigos trabalhadores não conseguiram ser reaproveitados enquanto força de trabalho, já que as funções exercidas nas usinas sucroalcooleiras foram extintas, não havendo possibilidades de trabalharem em funções similares novamente, pois o número de usinas em funcionamento havia reduzido, não absorvendo essa grande massa de desempregados, que acabaram tornando-se um exército de reserva de mão de obra pouco qualificada.

Como considerou Cruz:

O problema do desenvolvimento do NF expressa-se num aparente paradoxo. Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 50, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 80. E, por outro, de uma região que adentra o século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mas negativa, de pobreza, de exclusão, de desigualdades sócio econômicas, o que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, enquanto aparece como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar essa herança. (CRUZ, 2003, p. 78-79).

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Assim, faz-se necessário ressaltar que a produção de petróleo na bacia de Campos e o recebimento de recursos petrolíferos pelas prefeituras e o aumento da produção de tijolos nas cerâmicas da Baixada Campista permitiam novos rumos para a política econômica da região, no final do século XX. Apesar de ter ocorrido uma reestruturação de setores tradicionais da economia da região, não significou seu desenvolvimento econômico. Segundo Cruz:

A permanência da atividade sucroalcooleira, em bases modernas, ao lado dos recursos herdados em função do exercício dessa atividade; o volume de capital fixo e de ambiente construído pela instalação do complexo extrativista do petróleo, pela sua produção e pelos negócios por ela desencadeados; e, a partir do final da década de 80, os royalties e as participações especiais pagos pela Petrobras aos governos municipais – não têm sido suficientes, por si sós, para alterar o quadro geral e essencial do desenvolvimento daquela região, caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral, em termos de atividades econômicas, geração de trabalho e distribuição de renda. (CRUZ, 2003, p. 75-76).

A Cia. Agrícola Baixa Grande Usina – Santo Amaro conseguiu manter sua produção e safra até 1992, sem grandes prejuízos apesar do cenário de crise econômica vivenciado no País. Porém, em 1993, iniciou seu processo de crise alarmante, pois não conseguia pagar as dívidas geradas com os programas de financiamentos oferecidos pelo governo; os juros eram muito altos e a dívida da usina aumentava muito ao mesmo tempo em que a produção sofria uma queda, devido à alta inflação e também pela seca e falta de chuvas na região nesse período. Em 1995, as demissões afetaram 80% do quadro total de funcionários. Neste mesmo período, o País implementava políticas neoliberais, que favoreceram a entrada de mercadorias estrangeiras em grande proporção, e avançava com o programa de privatização das estatais e as reformas destinadas a diminuir os gastos do Estado, como a reforma da previdência, ocorrendo ampliação da exclusão social e flexibilização no mundo do trabalho, precariedade e desregulamentação do trabalho.

Ainda hoje constata-se a necessidade de repensar um novo modelo de produção e atividade econômica nessa região historicamente pautada na monocultura da cana-de-açúcar. Torna-se ainda necessário buscar e possibilitar alternativas para o mercado de trabalho na Baixada Campista, para superar a decadência do setor canavieiro e do setor de cerâmicas de tijolos, aproveitando suas potencialidades agrícolas e humanas.

A percepção dos antigos operários: memórias e vivências

Para a compreensão da história de ascensão e crise do setor sucroalcooleiro da região, que influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, foram realizadas pesquisas bibliográficas e uma pesquisa com abordagem qualitativa, compreendendo entrevistas semiestruturadas e itinerários com os antigos operários da usina em estudo. Verificou-se, com as metodologias trabalhadas, como se deu a consolidação de implementações tecnológicas, políticas e econômicas que beneficiaram o setor sucroalcooleiro no País e na região até a década de 1990, bem como uma análise conjuntural da realidade vivenciada pelos antigos operários da usina na rotina de seu trabalho durante todo o tempo de funcionamento e crise desse setor.

A finalidade foi conhecer e descrever as características de um fenômeno em estudo, tendo aqui como objetivo levantar e apresentar informações a respeito do mundo do trabalho na Cia. Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, evidenciando não só a rotina de trabalho, como também as histórias e vivências emergidas neste espaço e tempo. O principal critério de seleção dos entrevistados foi seu tempo de serviço na Cia. Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, e um segundo critério, também importante, era os mesmos terem trabalhado em funções diferentes na usina.

A respeito da metodologia do itinerário, esta foi aplicada logo após a entrevista realizada, com o apoio de um fotógrafo e de um filmador, pois, dessa forma, o percurso com o entrevistado possibilitaria um momento de reflexões e vivências compartilhadas com a merecida atenção. O entrevistado teve a função de guia no espaço físico da localidade e da usina, apontando seus espaços relevantes, assim como onde parava ou não com frequência no percurso que fazia para ir ao trabalho – onde se encontrava com amigos e/ou familiares –, e a chegada à Usina, compreendendo sua visão e interpretação, maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço.

A partir do itinerário realizado, foi preciso elaborar um mapa mental, mostrando as concepções do entrevistado, suas percepções do lugar percorrido, identificando comércio, praças, lugares, que considerou relevantes ou simbólicos para ele. É um referencial teórico-metodológico, que possibilitou interpretar as antigas e novas histórias, memórias e vivências das relações sociais construídas por esses trabalhadores. De acordo com Petiteau e Pasquier:

O itinerário é uma experiência partilhada entre o pesquisador e o outro. Esse método se assemelha aos métodos biográficos pois, além do tema de investigação, a história de vida continua a ser o fio condutor durante todo o ciclo da relação entre o pesquisador e o outro, sem que a história se confunda com um testemunho. (PETITEAU; PASQUIER, 1987, p. 1).

As entrevistas e os itinerários foram realizados entre os meses de agosto de 2018 e janeiro de 2019. Fizeram-se 10 entrevistas e 2 itinerários com os antigos operários da Cia. Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. As entrevistas ocorreram, na sua maioria, na localidade de Baixa Grande, na Baixada Campista, pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, região onde se concentrava a maior parte da produção sucroalcooleira. A localidade de Baixa Grande fica à margem da Rodovia 216, a 33 Km da cidade de Campos dos Goytacazes e próxima à praia Farol de São Thomé.

Os dez entrevistados atuaram em diferentes ocupações durante o período em que trabalharam na Usina. Foi realizada ainda uma entrevista com o usineiro, Dr. Fernando De La Riva Averhoff. O método do itinerário foi aplicado a dois antigos operários, sendo um da produção e o outro da parte administrativa.

Olhar, sentir e pensar são ações inseparáveis; a memória é a relação do indivíduo com a sua história, plural na forma de expressar e compreender o mundo em que vive. Assim, do ponto de vista metodológico, tratou-se de buscar a verdade dos fatos relatados pelos antigos operários, com sensibilidade, investigação, reflexão e análises, que pudessem desvendar a subjetividade do mundo do trabalho vivido por essas pessoas, protagonistas da história da Usina. Pesquisar o mundo do trabalho na Usina Santo Amaro é entender que, em tempos históricos, num espaço diverso, produziram-se histórias de vida, onde os trabalhadores criaram e recriaram sua existência não só materialmente como afetiva e simbolicamente. Trata-se de uma pesquisa que tenta resgatar o passado para intervir mais adequadamente no presente da Baixada Campista. Histórias vivas e particulares neste mundo tão exposto à exploração e precarização do indivíduo, como é o do trabalho.

O roteiro de entrevistas abordou questões como assistência social; habitação; direitos trabalhistas; participação no sindicato da categoria; inovações tecnológicas; aprimoramentos e capacitações profissionais; acidente de trabalho; rotina de trabalho; indenizações; auge e declínio da Usina; e novas atividades de trabalho exercidas com o fechamento da Usina.

No trajeto realizado utilizando-se a metodologia de itinerários, o entrevistado apontou os espaços relevantes para ele, assim como os locais onde ele parava com frequência ou não, no percurso que fazia para ir para ao trabalho, oferecendo a sua visão e interpretação sobre os acontecimentos vivenciados à época da existência da Usina, revelando as maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço. Esta metodologia mostrou um dia de vida de um operário, desde o levantar até seu regresso para casa, possibilitando as anotações dos acontecimentos marcantes, percursos de seu dia de trabalho. São as marcas e vestígios de um passado vinculado à produção sucroalcooleira, que estão presentes na memória e na paisagem da Baixada Campista, mesmo que atualmente, tenham como representatividade, uma paisagem de ruínas e modificações nas antigas construções ligadas ao período de funcionamento da Usina. Cabe ressaltar, a esse respeito, a análise de Halbwachs:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. (HALBWACHS, 2006, p. 160).

O método do itinerário foi elaborado para atender a pesquisas no espaço urbano, porém, com a contribuição da professora Catherine Reginensi (UENF), foi adaptado ao trabalho em estudo no espaço rural do município de Campos dos Goytacazes. Como se constata a seguir, foi uma experiência enriquecedora, em que provou-se ser possível a aplicação deste método a outros territórios, pois tornou-se um diálogo entre pesquisador e entrevistado, com diferentes nuances e provocações, que resultou em um trabalho de pesquisa qualitativa complexo e de grande percepção do objeto de estudo proposto.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

Figura 1: Vista do itinerário realizado com o entrevistado 1, antigo operário, de sua residência (Rua Maria Emília, em frente ao Posto de Gasolina) até à Cia. Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, no dia 24 de agosto de 2018.



Fonte: Google Maps/ Link do Google: <https://www.google.com.br/maps> > acessado em 28/03/2019.

Cheguei à casa do entrevistado 1 e fui surpreendida com ele já me esperando com sua bicicleta; disse que a consertou naquela semana para que pudesse fazer todo o percurso com ela, como fazia na época que era trabalhador da Usina. Da sua residência, fomos em direção à Usina. No percurso, paramos em alguns lugares, como em frente aos Correios, quando disse que o estabelecimento não era ali e sim em frente à Usina; que naquele lugar era a residência de um amigo e que, quando passava, sempre o cumprimentava. Em seguida, paramos em frente ao primeiro portão da Usina, agora desativada. Ali, era a entrada e a saída dos trabalhadores; de lá mesmo mostrou por onde passava primeiro ao chegar para iniciar o dia de trabalho. Apontou para um lugar que seria a sala de ponto, onde havia um relógio para bater o ponto.

Ao entrar nas ruínas da Usina, no local onde havia sido o setor de produção do açúcar e álcool, o operário se surpreendeu com sua memória, que logo veio à tona: o cumprimento de bom dia aos colegas e o começo do trabalho. O trabalho na oficina, o entrar e sair de caminhões, o conserto e a manutenção de peças das máquinas e esteiras. O entrevistado finalizou o itinerário confidenciando que ainda hoje ouve o som da sirene tocar, apesar de saber que não existe mais. Na sua memória, são tão fortes os momentos vividos por lá que não se apagaram com o decreto de sua falência e nem com o vazio do seu pátio.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**

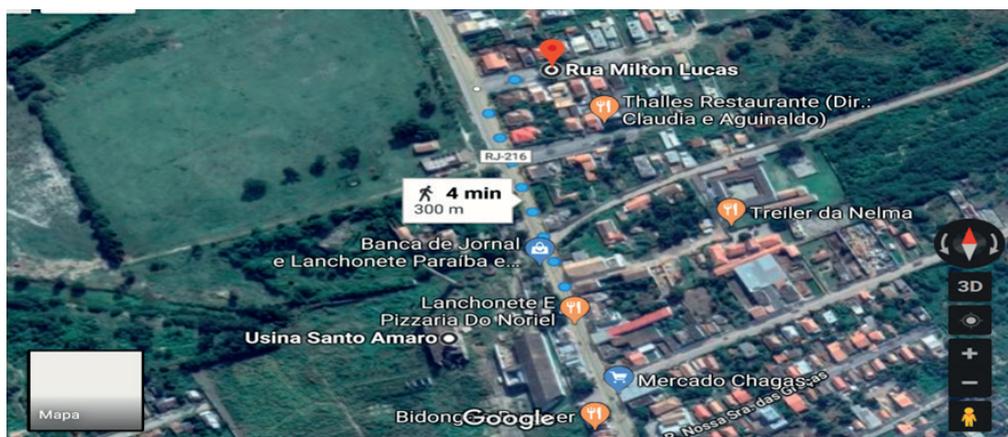


**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Figura 2: Vista do itinerário realizado com o entrevistado 2 trabalhador da Cia. Agrícola Baixa Grande, de sua residência (Rua Milton Lucas) até o escritório da Cia. Agrícola Baixa Grande Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande. Realizado no dia 22 de novembro de 2018.



Fonte: Google Maps/Link do Google: <https://www.google.com.br/maps> > acessado em 28/03/2019.

O entrevistado 2 ressaltou, durante o percurso, que sua rotina de trabalho era intensa, pois, tanto na época da moagem como no período entre safras, trabalhava muito no setor administrativo e contábil da Cia. A maior felicidade foi quando recebeu o convite para fazer parte da diretoria. “Isso para mim foi sinônimo de reconhecimento e confiança ao meu trabalho.” Disse que lembra muito bem da chegada dos computadores; foi uma revolução no seu setor, tendo que fazer muitas horas extras para processar todos os dados da empresa. Durante o percurso, relatou que não tinha o hábito de parar em nenhum lugar no trajeto para o trabalho. Se entristeceu, quando revelou a falta de oportunidade de mostrar para seus filhos o funcionamento da Usina, a pleno vapor. Ao retornarmos para sua residência, lembrou do percurso da Maria Fumaça, o trem, carregado de açúcar, e que muitas vezes transportava pessoas. Disse que a comunidade tinha uma vida muito movimentada, por ter um polo industrial sucroalcooleiro de grande relevância economicamente para o estado do Rio de Janeiro. Lembrou, também, que a comunidade era visitada diariamente por várias pessoas de outras regiões, como caminhoneiros e compradores de açúcar e álcool. Terminamos o itinerário, com o retorno para sua residência.

Durante todos os itinerários realizados, foi possível perceber que as vivências e memórias dos entrevistados foram constituídas por tudo o que viveram e sentiram enquanto trabalhadores da Usina, no seu auge e no seu declínio. Deixaram marcas que trazem a fragilidade do mundo do trabalho na atividade sucroalcooleira da Região da Baixada Campista.

Eles foram vozes da maioria, todos tiveram sua história vinculada ao funcionamento da Cia. Agrícola, aqueles que trabalharam para ela e outros que trabalhavam no seu entorno.

Metodologicamente, cabe destacar a importância da análise do contexto sociocultural e econômico da região, implicando analisar a lógica capitalista, a exploração e precarização do trabalho, a construção de uma memória coletiva no espaço da Usina, o ser e o agir dos operários no auge e declínio da atividade sucroalcooleira exercida por eles. É importante explicar que a memória coletiva seria o passado concebido e vivo na consciência presente dos indivíduos, já que é sabido que a história e a memória estão intrinsecamente ligadas. Como afirma Le Goff (1992, p. 473), a história seria a forma científica da memória coletiva.

Os resultados das entrevistas e do método dos itinerários apontaram que, entre os entrevistados, não havia uma consciência operária no sentido de lutar e reivindicar melhores condições de trabalho. Para os entrevistados, os direitos concedidos eram suficientes e satisfatórios.

Notável também, em todos os depoimentos realizados, é que, para esses trabalhadores, a precarização em que viviam não era tão sentida, devido à assistência social que recebiam da Usina, pois, para eles, a garantia de consultas médicas, odontológicas, enfermagem, remédios, escolas, atendimento especial caso precisassem de hospitais, tanto para eles como para os seus dependentes, eram mais importantes do que lutar ou reivindicar melhores salários.

A exploração do trabalho assalariado pelo capital não era percebida pelos antigos operários da Usina, devido ao trabalho exercido pela assistência social na vida deles e de seus familiares, intensificando a alienação e silenciando a voz operária do setor sucroalcooleiro. O assistencialismo na Usina articulava uma visão de mundo do trabalho sem lutas operárias ou até mesmo sem consciência operária, em que

a precarização do trabalho deixava de ser perceptível pela maioria dos trabalhadores.

Os antigos operários apontaram que trabalhavam com entusiasmo em troca dos direitos concedidos pelo usineiro. Seguem abaixo, alguns relatos sobre o tema abordado nas entrevistas:

Meus filhos estudaram na escola da localidade, a Usina pagou tudo: do uniforme ao material escolar. Tinha tudo meus filhos. (Entrevistado 1).

[...] me lembro que a Usina, lá dentro dela, tinha médico, enfermeiro, dentista, era só ir lá e marcar nosso horário. Atendiam a gente bem, minha família tinha direito também. Quando era caso muito grave a gente era levado no Hospital dos Plantadores de Cana. (Entrevistado 2).

Os entrevistados acreditavam que teriam a oportunidade de um futuro promissor devido aos incentivos por parte do usineiro, oferecendo-lhes cursos de capacitação. Porém, com o decorrer dos anos, era possível identificar que a ascensão profissional não era para todos e sim para alguns. Perceberam que a maioria iria continuar na posição de operários, que vendiam sua força de trabalho para uma função de serviços pesados, sem gratificação ou reconhecimento.

Outro aspecto abordado foi a questão habitacional. Foram construídas vilas operárias, e as casas eram distribuídas de acordo com as funções exercidas. Para os operários das funções administrativas e de chefia, eram destinadas casas maiores e centralizadas, mais próximas à Usina. Para os trabalhadores ligados diretamente à produção, embarque e desembarque da cana e corte da cana, e outras funções dentro do pátio industrial, eram destinadas casas menores e separadas umas das outras por uma única parede. As moradias refletiam fielmente a realidade do sistema capitalista, em outras palavras, a desigualdade social. As moradias concedidas eram mais uma forma de controle sobre o trabalhador, que não se restringia apenas ao interior da Usina, mas também ao espaço em que viviam e circulavam.

As inovações tecnológicas são entendidas pelos trabalhadores como melhorias na execução de suas funções, o que foi percebido ao longo dos relatos direcionados a diversas funções, como as da oficina mecânica, a do tratorista, a do almoxarifado, as do escritório de contabilidade, a do projeto de irrigação, a da plantação da cana, a da colheita;

enfim, destacaram a importância dos investimentos ocorridos na Usina no seu período de grande desenvolvimento. Afirmaram que a chegada das máquinas mais sofisticadas trouxe melhores condições de trabalho. O entrevistado/usineiro Dr. Fernando De La Riva (depoimento autorizado por ele) disse:

Foram muitos implementos à produção sucroalcooleira em um período da história brasileira, tivemos um governo preocupado em fazer aumentar nossa produção. Nesse período, recebemos muitos investimentos através de empréstimos para comprarmos máquinas e investir na assistência social e lazer para os trabalhadores. Era inegável o avanço e a qualidade da produção com máquinas ultramodernas. Foi fundamental para fortalecer nosso empreendimento.

No período de crise econômica e de atraso no pagamento dos salários (1994 a 1996), os entrevistados afirmaram terem ocorrido duas greves. Acrescentaram, ainda, que, mesmo com a pressão de alguns trabalhadores na frente dos portões da Usina, pedindo para que todos os operários não entrassem para mais um dia de trabalho, muitos operários, naquela época, entraram para trabalhar. Foram dias muito tensos, relataram. Contaram que eram muitas incertezas que pairavam no ar, como ficariam suas famílias sem a assistência social concedida? Poderiam continuar morando nas casas da Usina? E seria possível a aposentadoria daqueles dos quais faltava tão pouco para isso? Tinham receio do que estaria por vir. De grande relevância foi o depoimento do entrevistado 3. Disse, ter participado das greves e das reuniões realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores a favor dos operários. Ressaltou que:

Fiz parte de várias reuniões do sindicato, na época da crise da Usina. Fiz greves também, quando meus companheiros paravam, eu também parava. Queríamos o pagamento de nossos direitos. Não era contra a Usina, muito pelo contrário, nós lutamos para que ela continuasse trabalhando, dando emprego para todos nós. O sindicato nos instruiu na hora das demissões.



**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ JÁ CONHECE.**

**INSCREVA-SE
AGORA!**

O entrevistado 4 declarou que o fechamento da Usina se deu também por questões políticas locais, por falta de apoio à produção sucroalcooleira em decorrência da ascensão da economia petrolífera e seus benefícios para a região, apontando que:

A política local só via com bons olhos a economia ligada ao petróleo, não mostrou interesse em implementar e apoiar a economia sucroalcooleira. E isso era generalizado, pois não foi só a Usina Santo Amaro que fechou, foram praticamente todas; apenas duas se mantiveram funcionando, apesar das dificuldades. [...] muitas usinas ficaram endividadas, sem apoio governamental, o País em grave crise econômica, [...] plano cruzado e plano real que afetaram a vida de todos trabalhadores e brasileiros de maneira geral, foi um momento muito tenso.

Um dado muito significativo durante as entrevistas foi a abordagem feita em relação às transformações ocorridas na vida dos entrevistados e na comunidade com o declínio da Usina. Foi relatada a questão da dificuldade que muitos tiveram de aceitar aquela situação de desemprego; também ressaltaram a questão do empobrecimento e das suas dívidas no comércio local; sentiram-se órfãos, não tiveram nenhum apoio dos políticos locais na solução imediata de seus problemas.

Percebe-se, no decorrer de todas as entrevistas, que a luta por salários ou por melhores condições de trabalho era substituída pela preocupação em manter-se empregado e ter condição de manter o sustento da família. Todos os entrevistados afirmaram ter “carteira assinada”, durante todo o tempo de trabalho executado na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Cada entrevistado ressaltou suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho; muitos foram para o mercado informal ou trabalho autônomo, outros praticaram êxodo rural, outros ainda foram para cerâmicas de tijolos ou comércio na cidade. Para a maioria, as ocupações informais foram alternativas encontradas frente à falta de emprego regular e com registro na carteira de trabalho. Em todos os depoimentos, o que se verificou foi a imagem de um antigo operário como um sujeito solitário, que enfrentou individualmente o fechamento da Usina e a perda de seu emprego; que saiu em defesa de seu sustento e se colocou disponível para qualquer tipo de ocupação como forma de luta de sobrevivência diante de um cenário de crise econômica. Na condição de empobrecimento, se reinventaram no mundo do trabalho. Os entrevistados revelaram ainda que o baixo nível de instrução e qualificação foi um grande problema para concorrerem às vagas oferecidas pelo mercado da Região Norte Fluminense no contexto da década de 1990. Esse declínio da atividade

sucroalcooleira teve como uma das consequências a perda de espaço da produção campista na produção nacional e, sem dúvida, a perda de postos de trabalho tanto no campo quanto nas atividades industriais.

O entrevistado 5, ressaltou com muita emoção que:

Fiquei em uma situação muito difícil, muita pobreza. Tive nesse período ajuda de meus familiares, que não dependiam da Usina para viver [...]. Eu lamentei muito o fechamento da Usina, perdia meu trabalho e a localidade perdia sua maior renda. E nessa época minha esposa teve que ir para a cidade trabalhar como doméstica, para ajudar no sustento da casa. Antes eu fazia isso sozinho.

Diante do cenário de crise, com os depoimentos obtidos, foi possível perceber que, mesmo tendo que contornar tantas insatisfações e conflitos, eles foram impulsionados pela própria realidade a traçar novos caminhos e possibilidades para serem inseridos novamente no mundo do trabalho; naquele momento, não mais nas atividades de produção do açúcar e álcool, já que a maioria das usinas sucroalcooleiras da região tinham encerrado suas atividades.

Para o entrevistado 1:

Seguir a vida foi difícil. Depois abri uma oficina mecânica própria, ensinei meus filhos meu ofício e até hoje trabalhamos juntos na oficina. Eles não puderam ter a legalização do trabalho como eu tive, infelizmente nenhum deles pagam FGTS, assim não vão se aposentar.

A entrevistada 6 destacou:

Tivemos que nos reinventar. Meu marido foi para o ramo das cerâmicas; com algumas economias que tínhamos, abriu a sua própria cerâmica, optando para ser autônomo. Eu esperei a situação se estabilizar na minha casa e resolvi voltar a estudar; fiz uma graduação em Letras e hoje sou professora da rede estadual de ensino.

Desse modo, cabe ressaltar que a pesquisa revelou posicionamentos bem semelhantes a respeito do significado do trabalho no setor sucroalcooleiro, considerando suas funções e rotinas de trabalho, direitos assistidos pela assistência social, relações sociais desenvolvidas e fortalecidas em um cenário que se apresentava muitas vezes precarizado, no que tange às melhorias salariais e de vida dos trabalhadores. Apesar de ter sido notória no decorrer das entrevistas e itinerários, a ausência de depoimentos que identificassem a percepção dos trabalhadores para a precarização do trabalho decorrente do modelo fordista de produção e do sistema capitalista vigente na sociedade.

O mundo do trabalho e a memória construída desde o auge até o declínio do setor sucroalcooleiro, na Região da Baixada Campista, muitas vezes impedem o trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de liberdade, consolidando sua alienação. Importante ressaltar que a realização dos itinerários e das entrevistas semiestruturadas foi mesclada de muitas revelações e memórias, carregadas de afeto, subjetividade, cultura, costumes, valores, significações, verdades, vulnerabilidade, impressões, emoções, superações, vivências, construções e reconstruções do lugar onde está e daquele que esteve, um dia, representando a fala de um tempo que se faz presente em um espaço de contradições, em um cenário que, em um passado recente, foi economicamente dinâmico, mas, atualmente, sinônimo de estagnação.

Neste contexto de declínio do setor sucroalcooleiro pesquisado, foi notável a grande quantidade de jovens inseridos no mundo do trabalho informal e do subemprego. Para ajudar na renda familiar, esses jovens começaram a integrar uma força de trabalho desqualificada e desprotegida de direitos trabalhistas, com a exploração lhe sendo imposta.

Considerações finais

Vivemos a era das incertezas, principalmente em relação ao mundo do trabalho, visto o aumento do desemprego, dos empregos mal pagos e sem qualificação, da terceirização e do emprego informal, cenários decorrentes da política neoliberal, da mudança do papel do Estado, das transformações nas relações de emprego, da diminuição da estabilidade no emprego e da flexibilização da organização do trabalho.

Desse modo, o artigo problematizou os efeitos das políticas econômicas do setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense, a sua configuração em um contexto de estagnação, trazendo à tona questões que devem ser analisadas para a efetivação de uma nova reestruturação produtiva do capital diante de um mundo do trabalho que exige um profissional que exerça tarefas polivalentes e que seja qualificado para atender ao modo de produção flexível e mecanizado.

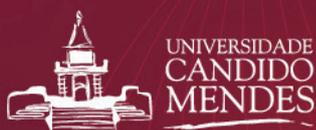
Nesse contexto, os métodos de pesquisa qualitativa empregados evidenciaram que, entre avanços e recuos, a realidade dos trabalhadores do espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, desde o fechamento da Usina Santo Amaro, foi a de reinventar estratégias para a sua inserção no mundo do trabalho. A baixa qualificação da maioria dos antigos operários da Usina dificultou a reinserção no mercado. O debate sobre o mundo do trabalho e as suas novas ressignificações na Baixada Campista diante da precarização das condições sociais dos trabalhadores se faz necessário e requer políticas públicas.

Considerando o contexto apresentado na execução desta pesquisa, acredita-se que algumas realidades precisam ser repensadas e modificadas, entre elas, apontamos a diversificação de atividades econômicas e a qualificação da mão de obra local.

Por fim, acredita-se que a grande contribuição deste artigo foi a possibilidade de análise e discussão do trabalho na Baixada Campista a partir do olhar, da memória e da vivência dos antigos operários da Usina, que, aceitando participar das entrevistas e do método do itinerário, nos permitiram conhecer as suas percepções e as ressignificações do mundo do trabalho por meio das suas lembranças, da história que construíram no espaço da Cia. Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Ainda é preciso salientar que o momento atual sugere uma profunda reflexão a respeito desse mundo, em face dos altos índices de desemprego, das condições de subempregos e da vulnerabilidade dos trabalhadores frente à desregulamentação dos direitos trabalhistas na Região Norte Fluminense. Essa realidade tem contribuído para acirrar, ainda mais, o cenário de desigualdades sociais e de pobreza na região.

**A QUALIDADE DE
ENSINO QUE VOCÊ
JÁ CONHECE.**



**INSCREVA-SE
AGORA!**

- ▣ PRESENCIAL
- ▣ SEMIPRESENCIAL
- ▣ EAD

www.ucam-campos.br
22 2726-2400

Referências

- CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro. REVAN/UFRJ, 1994. p. 29-39.
- CRUZ, José Luiz Vianna da. **Projetos Nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte fluminense entre 1970 e 2000. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. P.75-76, 78-79.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 160 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2ª edição. Campinas: Unicamp, 1992, P. 473.
- MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. In: **Textos**. São Paulo: Edições Sociais/ Alfa-Omega, 1977. P. 33.
- _____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 31-82.
- PERITTEAU; PASQUIER. In: Grosjean, M.; Thibaud, J.-P.(dir) L'espace urbain en méthodes. Tradução de Priscila Giesbrech. Parenthèses. Marseille (Eupalinos), 2001. P. 1.
- REGINENSI, Caterine. Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades? **Ponto Urbe**, [São Paulo], n. 20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3381>. Disponível: <http://pontourbe.revues.org/3381>. Acesso: 20 jun. 2018.
- SINGER, Paul. A Crise do "Milagre". Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. P. 57-58.

¹ Círculos de Controle de Qualidade (CQC) – busca dar maior autonomia aos trabalhadores no processo de trabalho, tornando a divisão do trabalho mais flexível. (CORIAT, 1994, p. 29-39)

² Just in Time – os recursos devem ser disponibilizados somente no tempo e na quantidade necessários para o trabalho, modelo de produção que rompe com a rigidez do Fordismo. É um dos pilares que o engenheiro Taiichi Ohno denomina de "espírito Toyota". (CORIAT, 1994, p. 29-39).

³ Kan-Ban – a produção é controlada por cartões, e realiza-se em função dos setores que procuram componentes solicitados em função das vendas; técnica que se apresenta como uma inovação organizacional no setor do comércio, reorganizando o sindicalismo e as relações industriais. (CORIAT, 1994, p. 29-39).